



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA PELO PROGRAMA DA
PLATAFORMA FREIRE – PARFOR.



DE OURO BRANCO A OUROLÂNDIA: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA
ENTRE A ELITE LOCAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR (1986-1991)

Guiomar Cruz Silva
Nelma Santos
Rivaildes Carvalho Lima
Viviane Oliveira

Jacobina - Bahia
Novembro / 2014

Guiomar Cruz Silva
Nelma Santos
Rivaildes Carvalho Lima
Viviane Oliveira

**DE OURO BRANCO A OUROLÂNDIA: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA
ENTRE A ELITE LOCAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR (1986-1991)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Colegiado do Curso de História, da Universidade do Estado da Bahia - Campus IV/Jacobina, Programa Plataforma Freire – PARFOR, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História sob orientação do Professor Ms. Jeedean Gomes Leite.

Jacobina - Bahia
Novembro / 2014

De Ouro Branco a Ourolândia: O processo de emancipação política entre a elite local e a participação popular (1986-1989)

Banca examinadora

Professor orientador Ms. Jedean Gomes Leite

Professor Dr. Jackson André da Silva Ferreira

Professor Ms. Jorge Luis Nery de Santana

Jacobina – Bahia

Novembro / 2014

Dedicatória

Dedicamos a Deus, “Porque dele e por ele,
e para ele, são todas as coisas; glória, pois,
a ele eternamente” (Romanos 11:36).

Às nossas famílias e aos nossos mestres
que muito colaboraram com a ampliação do
nosso conhecimento

Agradecimentos

A Deus, por ter nos dado saúde e força para superar as dificuldades.

As nossas famílias, pelo amor, incentivo e compreensão.

Aos nossos amigos e colegas de graduação, pela solidariedade e por torcerem pelo nosso sucesso.

Ao nosso orientador, Jedean Gomes Leite, pelo apoio, correções, incentivos, dedicação e muita responsabilidade.

Aos nossos professores, que contribuíram de forma imensurável para o nosso aperfeiçoamento profissional.

Ao coordenador do curso, Dr. José Carlos de Araújo, pela responsabilidade, paciência e dedicação que sempre demonstrou por todos os alunos do curso.

Às pessoas da nossa cidade, em especial aos senhores Albino Jesus, Eliud Freire, Ademar Ferreira, Josevando Ribeiro, Lealdino Barbosa, Antônio Araújo, Qhitt Carson, Leandro Freire (Site Memória de Ouro), Raimundo Andrade, José Pedro Lima entre outros, que demonstraram muito interesse em colaborar para nossa pesquisa através de entrevistas e documentos.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a conclusão desse trabalho.

Resumo

Essa pesquisa tem por objetivo investigar como ocorreu o processo de emancipação política de Ourolândia, analisando se houve ou não participação popular durante os acontecimentos que precederam a autonomia do município que, em 1989, foi desmembrado da cidade de Jacobina. Além disso, busca-se relatar fatos sobre a economia e a fonte da renda do município, desde sua fundação como povoado, até o dia da emancipação, mostrar como funcionava a política partidária e a influência da elite local para tornar possível essa transição de Ouro Branco, assim como era conhecida, a cidade de Ourolândia.

Palavras-chave: Emancipação Política, Participação Popular, Política partidária.

Abstract

This research aims to investigate how the process of political emancipation of Ourolândia occurred. Examine whether there was popular participation in the events that preceded the autonomy of the municipality in 1989 was divided city of Jacobina. Report facts about the economy and the source of income of the city since its founding until the day of emancipation. Show the work of the partisan politics and the influence of the local elite to make this transition possible White Gold, as it was known, the city of Ourolândia.

Keywords: Emancipation Policy, Popular Participation, Party Politics.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	09
1. HISTÓRICO DO DISTRITO: FATORES QUE ANTECEDERAM A EMANCIPAÇÃO;	15
1.1 - Os primeiros habitantes do engenho	15
1.2 - Da cultura do algodão a exploração do mármore e a chegada de uma nova elite.	19
1.2.1 - Mármore Bege Bahia	23
1.2.2 - Esquema de utilização de explosivos para a extração do mármore.	27
1.3 - Bairrismo ou interesses políticos: surgem os primeiros sentimentos emancipacionistas	28
2. CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO EM QUE OCORREU A EMANCIPAÇÃO	32
2.1-Participação popular ou ação da elite?	33
2.2- Desmembramento político e territorial	35
2.3- O plebiscito do “Sim” ou do “Não”	40
3. O NASCIMENTO DO MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA: QUESTÕES POLÍTICAS	45
3.1- As primeiras eleições e as campanhas eleitorais	45
3.2- A primeira gestão	53
3.3- A atividade econômica atual e a consolidação do novo município.	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	63

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em torno da década de 1930, foi iniciado o processo emancipatório dos municípios em nosso país, entretanto, as emancipações só ganharam ênfase após o fim do regime militar. Segundo uma pesquisa feita pelo IPEA¹, especificamente no primeiro capítulo “Emancipação Político-administrativa de Municípios no Brasil” MAGALHÃES² apresenta a informação de que:

Desde 1985, a intensa criação e instalação de municípios no Brasil têm sido parte de um processo mais geral de descentralização. De 1984 a 2000 foram instalados 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento. Como em 1984, existiam 4.102 municípios no Brasil, os novos municípios correspondem a um aumento de 34,3%³.

No ano de 1988, com a Constituição Federal, os municípios passaram a se destacar na gestão pública brasileira. Segundo dados obtidos pela pesquisa de Tomio (2002) e Bremaeker (2001), 367 municípios na Bahia foram emancipados neste mesmo ano. Entretanto, este crescimento suscitou uma instabilidade institucional no ordenamento federativo, gerando assim “uma reação que culminou na aprovação da Emenda Constitucional 15/1996 pelo Congresso Nacional. Uma centralização política que reeditou a violação da federação ocorrida em períodos não democráticos”.

Existem algumas questões acerca da criação desses novos municípios. Tomio⁴ relata que eles não conseguem sustentar nem mesmo sua folha de pagamento apenas com a rentabilidade própria, dependendo, assim, do Estado e

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Magalhães, 2007

² Pesquisador do Departamento de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

³ MAGALHÃES, João Carlos. 2007. "**Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**". In: XAVIER YAWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). *Dinâmica dos municípios*. Rio de Janeiro: IPEA.

⁴ TOMIO, F. R. L. **Autonomia Municipal e Criação de Governos Locais: A Peculiaridade Institucional Brasileira**, pag. 105, 2005.

principalmente do Fundo de Participação Municipal, que é a maior fonte de renda dos considerados de pequeno porte. Outra obra⁵ do autor descreve que seria desnecessário criar novas cidades somente para mostrar um país mais liberal e implantar, de acordo com seu vasto território, inúmeros poderes locais, se o mesmo não tivesse uma rentabilidade suficiente para sua autonomia.

Ourolândia alcançou sua “independência” no período em que o país estava vivendo momentos de grandes descentralizações. A partir de algumas entrevistas, pudemos perceber que havia várias contradições entre as informações escritas e os discursos que se ouviam, por parte da população ourolandense, no que diz respeito à história da emancipação política da cidade. Notamos, então, a necessidade de se fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, objetivando proporcionar um maior esclarecimento e levantamento de dados sobre sua história política, além de descrever os motivos que levaram Ouro Branco, que antes pertencia a Jacobina, a desvincular-se, passando a ser cidade.

A presente pesquisa tem como base algumas inquietações, que serão apresentadas em três capítulos. O primeiro, apesar de fazer uma abordagem sobre parte da história da localidade, busca entender se houve uma participação popular no processo de emancipação do município de Ourolândia – BA, ou se existiu apenas uma manipulação por parte de uma minoria elitizada, ou ainda, quais eram os motivos que levavam parte da população a votar contra esse processo e, por fim, quais eram as razões que encorajavam o povo a manter altiva a esperança de melhoras possivelmente advindas da vitória do plebiscito e posteriormente de uma autonomia política.

Houve um momento na história em que o município de Ourolândia era conhecido como Engenho Velho. Esse nome tinha sua origem relacionada à atividade econômica predominante na localidade e fazia jus ao intenso trabalho no plantio de cana-de-açúcar: apenas três famílias que habitavam as margens do rio Veredas desenvolviam a agricultura de forma familiar. Esta abordagem serve aqui apenas para exemplificar a relação que as atividades econômicas estabelecem com outras características de um dado local, entretanto este ainda não constitui o período ou a atividade que nortearão este trabalho e, portanto, não é o objeto de nosso

⁵ TOMIO, F. R. de L. “**A criação de municípios após a constituição de 1988**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.17, nº.48, fev /2002.

estudo. Faremos um recorte histórico, dando ênfase a esse processo no período de tempo que corresponde aos anos de 1986 a 1991, e este último foi o ano posterior à emancipação.

A discussão decorrerá também em torno da existência de uma elite, cuja definição será inspirada no conceito de José Murilo de Carvalho (2003), no seu trabalho sobre as elites políticas imperiais “A construção da Ordem: a elite política imperial”, o qual entende como pertencente às elites o grupo de homens que estavam em condição de tomar decisões dentro do governo. Apesar de o autor relatar sobre elite política, utilizamo-nos dos seus conceitos para definirmos a elite local. O grupo que destacaremos neste trabalho era composto por médicos, professores, comerciantes, empresários e médios agricultores, sem deixar de citar a participação de algumas pessoas da população que foram convidados a fazer parte desses grupos, por serem considerados eruditos.

O segundo capítulo tem a intenção de examinar a relação existente entre a articulação política e o poder econômico e qual desses fatores apresentaram mais ferramentas que vieram a gerar possibilidades de emancipação ao município. Além disso, desatacar-se-ão as personagens principais dos grupos interessados na emancipação e serão descritos os primeiros movimentos para a aplicação do plebiscito na localidade e como ocorreu o desmembramento político e territorial do distrito de Ouro Branco com Jacobina.

O terceiro tem o intuito de descrever o processo do nascimento da nova cidade, a forma como aconteciam as campanhas eleitorais e o comportamento do povo em frente ao fato novo que eram as primeiras eleições municipais nesse diferente contexto. Além disso, discutiremos sobre certos procedimentos utilizados por pessoas que estavam à frente desse processo em prol de seus objetivos e a influência delas sobre a população, sem deixar de relatar o apoio político que cada candidato possuía advindo dos líderes partidários do Município de Jacobina e de agricultores/fazendeiros bem sucedidos da região.

Este trabalho será desenvolvido a partir de análises feitas dos documentos encontrados, das visões dos líderes políticos que fizeram parte do processo de emancipação da cidade e do resgate de fatos históricos até então desconhecidos por muitos, buscando novas considerações a respeito desses acontecimentos.

Utilizar-nos-emos da história oral para trazer à memória da população detalhes significantes e isso será possível com a utilização de entrevistas com pessoas que presenciaram ou fizeram parte do processo da luta pela independência do distrito e provavelmente encontraremos alguns aspectos geradores de contradições sobre os fatos. Faz-se necessário descrever esses fatos através da utilização de tais fontes, pois, como afirma Paul Thompson (1992): “A história oral [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”⁶. Utilizaremos, ainda, as fontes históricas, (documentos escritos) disponibilizadas principalmente no arquivo público de Jacobina, assim como algumas iconografias cedidas pela população.

Nossos estudos estão embasados na História social e Política de René Rémond (2003). Ele relata:

(...) a política não constitui um setor separado, ela é uma modalidade na prática social, além disso, ela pode ser descrita como uma verdadeira revolução no campo da história. (...) a história política atravessou vários períodos, da monarquia a república, passando por movimentos importantes como a luta pela emancipação política, lutas partidárias e os confrontos de ideologias históricas, dando ênfase ao que conhecemos como democracia.

Rémond (2003) ressalta, no seu livro, “que um aspecto que veio de encontro à história política foi a nova história, que deixava de analisar os aspectos individuais e passava a analisar a história como um todo”. Por essa razão, buscaremos fazer uma narrativa baseada nas informações diversas, sem supervalorizar as personagens, mas destacaremos os atos coletivos. O autor comenta que, quando analisamos a história com um olhar egocêntrico, criamos perspectivas de forma equivocada sobre os fatos, sem compreender que “a história acontece quando parte de interesses de diferentes grupos se defrontam cada um defendendo seus ideais”⁷.

O resultado dessa pesquisa possivelmente será de grande importância para a divulgação da história local, uma vez que foi percebido que a nova geração ourolandense ainda se vê alheia a grande parte dos acontecimentos que ocorreram

⁶ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.p. 22.

⁷ REMOND, René (orgs). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pg. 13-36

na história política da cidade, e muitos desconhecem os motivos que levaram algumas famílias da época a se manifestar (contra ou a favor) no que diz respeito ao desligamento do distrito ao domínio político de Jacobina.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DISTRITO: FATORES QUE ANTECEDERAM A EMANCIPAÇÃO

1.1- Os primeiros habitantes do Engenho Velho

Engenho Velho foi a primeira denominação da localidade hoje chamada Ourolândia, e isso se devia ao fato do intenso cultivo de cana-de-açúcar que, nesse período, era uma das principais cultura de comercialização dos habitantes locais. Fontes escritas relatam que possivelmente a implantação da lavoura canavieira no Brasil se deu nas primeiras décadas do século XVI⁸. Na região em questão, essa atividade se desenvolveu no final do oitocentos em sua transição para o novecentos. A Lei Orgânica do Município relata que foi nesse período que chegaram os primeiros habitantes.⁹

Trataremos, entretanto, sobre engenho nesta monografia apenas com o objetivo de associá-lo aos primeiros anos da localidade, e por considerarmos importante essa abordagem para uma melhor compreensão do leitor no que diz respeito ao processo político, que é o objeto central no trabalho. Por isso, o estudo sobre engenhos não se encontra aqui devidamente investigado, em função da delimitação temporal e temática da pesquisa, e também pelo foco definido.

Segundo Diégues Junior Manuel, o cultivo da cana de açúcar foi a base da agricultura brasileira.

Tornou-se o principal gênero de cultura, ocupando-se em sua lavoura a maior parte dos moradores do Brasil. Porque os engenhos precisavam sempre de matéria prima, a cana de açúcar tomou conta das terras. E dessa forma os plantios de subsistências ficaram em segundo plano, por essa razão foram vivenciadas grandes crises na produção de gêneros alimentícios nas regiões açucareiras.¹⁰

Segundo Schwartz, autor do livro *Segredos Internos*, os engenhos primitivos brasileiros foram de pequeno porte e grande parte deles era movida à força animal.

⁸ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A civilização do açúcar. Brasiliense, 11 ed. São Paulo: 1994.

⁹ Lei Orgânica do Município de Ourolândia, promulgada em 30 de junho de 1990

¹⁰ DIEGUES JUNIOR, Manuel. O engenho de açúcar no Nordeste. EDUFAL, Maceió: 2006, p. 35.

“Alguns usavam força hidráulica, em geral os construídos pelos próprios donatários”¹¹. O autor ainda assinala:

Estruturalmente, o engenho consistia na propriedade, que normalmente incluía alguns canaviais em suas próprias terras, mas que também dependia da cana fornecida por lavradores ligados ao engenho, alguns dos quais eram moradores, parceiros ou arrendatários, e outros eram proprietários independentes.¹²

Particularizando o tipo de engenho da localidade em questão, segundo dados das nossas entrevistas, ele começou a funcionar efetivamente nas primeiras décadas do século XX e, provavelmente, seu porte era pequeno, visto que essa atividade econômica foi iniciada pelas famílias Casimiro Gomes, Aurora e Dias Gama, recém chegadas à localidade. Estes perceberam no cultivo da cana-de-açúcar, inicialmente, uma forma de complementar as outras culturas que desenvolviam paralelamente às margens do Rio Vereda.

Para conhecermos melhor o teor desses fatos, utilizamos a história oral, mostrando as possibilidades de enriquecimento que ela provê no desenvolvimento da narrativa histórica. Utilizamos seus métodos na execução de uma entrevista com o Senhor Eliud Freire de Melo (Ex-prefeito de Ourolândia e popularmente conhecido pela população como Lidinho), e foi possível perceber que as lembranças permanecem fortes na mente de alguns descendentes dos primeiros habitantes da localidade. E no que diz respeito a esse mecanismo, enfatiza Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um

¹¹SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. pág. 36.

¹²*Ibidem* Pag. 178

sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.¹³

Quando mencionamos a cultura da cana-de-açúcar no período em questão, notamos que um conjunto de informações estava por vir. Ele recordava que “existia uma solidariedade muito grande entre as famílias pioneiras, e a plantação era feita na beira do Rio Vereda, assim como outros cereais que serviriam de subsistência para as mesmas”. E o pequeno “engenho” era movido à força animal, a qual provavelmente variaria entre o trapiche e o molinete. (Parte da entrevista com Eliud Freire de Melo¹⁴). Segundo Diegues Junior:

O engenho movido a animais é conhecido como ‘trapiche’ quando se utiliza o boi, e como ‘molinete’ quando se empregam bestas, (...) nesses tipos de engenhos a moenda não possui rodas, tendo paus fixos em cima, os quais descem obliquamente e a eles se atrelam os animais.¹⁵

Existem algumas fontes de informações sobre a história de Ourolândia que apontam não somente para o surgimento da localidade, mas também para as primeiras culturas praticadas para a subsistência familiar e que, provavelmente, estenderam-se à subsistência local. Curiosamente, estas atividades contribuíram para os primeiros momentos de desenvolvimento econômico e também influenciaram nas denominações atribuídas ao povoado, que mais tarde se tornaria Ourolândia. A Lei Orgânica do Município de Ourolândia traz as seguintes informações:

Em 1900, aproximadamente, as famílias “Casimiro Gomes”, “Aurora” e “Dias Gama”, as quais ainda remanescem, chegaram da grande região de Jacobina para exploração da agricultura às margens do Rio Vereda, marcando assim o surgimento da comunidade. Em princípio partiram para a plantação da cana-de-açúcar. De maneira rústica começaram também fabricação de seus derivados como: mel, rapadura e até mesmo o açúcar. Esses produtos eram industrializados em uma pequena moenda de madeira, à qual chamava de “engenho velho”,

¹³ THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992, p 44

¹⁴ Entrevista com o sr. Eliud Freire de Melo, realizada em Ourolândia - BA, em 07/12/2013

¹⁵ DIEGUES JUNIOR, Manuel. O engenho de açúcar no Nordeste. EDUFAL, Maceió: 2006, p. 44

nome como depois ficou sendo conhecida a comunidade ou Fazenda Engenho Velho.¹⁶

E assim o nome da localidade permaneceu durante décadas, mesmo depois da cultura da cana declinar, e demorou-se muito tempo para alguns anciãos, que faziam referência a atual localidade com a nomenclatura primitiva, acostumarem-se com a mudança. Nesse período, Engenho Velho era um lugar com ruas estreitas, casas simples, os automóveis existentes eram apenas utilizados por algumas pessoas da população quando se tinha a necessidade de ir até às cidades vizinhas e, na maioria das vezes, as bicicletas, as carroças puxadas por animais eram os únicos meios de transporte que predominavam.

1.2 - Da cultura do algodão à exploração do mármore: a chegada de uma nova elite¹⁷ local.

O algodão

O algodão foi o produto central de um dos principais períodos econômicos da História do Brasil. O desenvolvimento das primeiras lavouras algodoeiras se concentrava especificamente no Maranhão, que se destacou como o primeiro grande produtor do país. Em 1760, ele já exportava para o continente europeu. Do Maranhão, expandiram-se para todo o restante da região Nordeste, como zona de produção e, paralelamente, a cultura também se deslocou para a região sertaneja que limita a Bahia com Minas Gerais, à margem direita do Rio São Francisco¹⁸. Segundo relatos de alguns entrevistados, provavelmente a partir do ano de 1915 teve início ao cultivo da cultura algodoeira na nossa região.

Caio Prado Junior diz, no seu livro “História Econômica do Brasil”, que o algodão é:

¹⁶ Lei Orgânica do Município de Ourolândia, promulgada em 30 de junho de 1990

¹⁷ Entendemos como elite as pessoas envolvidas na política de Jacobina e alguns comerciantes bem sucedidos que exerciam algum tipo de liderança política sobre a localidade.

¹⁸ FREIRE, E.C.; MOREIRA, J.A.N. ; MEDEIROS, L.C. Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: o caso do algodão. **Revista de Economia Rural**, v.18, n.3, p.383-413, 1980.

(...) um produto nativo da América, inclusive do Brasil e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus. Com a colonização, o seu cultivo se difundiu. Fiado e tecido em panos grosseiros, servia para vestimentas dos escravos e classes mais pobres da população. E na falta da moeda, os novelos de fio e panos de algodão chegaram a circular em certas regiões como tal; (...) Mas até o terceiro quartel do séc. XVIII, quando começa a ser exportado regularmente, algodão nada mais representa que uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo. É somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia.¹⁹

O algodão é uma fibra em que pode ser aproveitada toda sua matéria. Após alguns métodos de beneficiamento, ele se revela útil em diversos segmentos, podendo ser aproveitado na sua essência. Através do seu caroço, pode ser gerada a alimentação do gado, e o seu óleo produz outros itens fundamentais que facilitam a vida dos seres humanos.

A cultura do algodão na localidade em questão, segundo as entrevistas, diferencia-se dos relatos de Caio Prado Junior, no que diz respeito à utilização do produto em vestimentas, por exemplo, uma vez que o processo de beneficiamento era um tanto precário, não tornando o produto totalmente adequado a esta finalidade: na comunidade local, era direcionado à comercialização do produto bruto. Contudo, o processo se assemelha bastante no que diz respeito ao cultivo e utilização das sacas como pagamento ou troca, na falta de moeda.

Segundo o sr. Eliud Freire de Melo²⁰, provavelmente a partir do ano de 1920 ocorreu uma considerável intensificação na produção algodoeira, bem como alguns avanços técnicos, como por exemplo, a chegada de uma descaroçadora, que permitiu avanços na produtividade. Isto, por consequência, atraiu diversos comerciantes de produtos agrícolas da cidade de Jacobina-BA. Essa nova fase econômica levou a população a complementar o nome da localidade que antes fazia jus apenas à cultura da cana e então passou a fazer referência à atividade algodoeira. A Lei Orgânica relata

¹⁹ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26ª edição 1970, p 56.

²⁰ Entrevista com o sr. Eliud Freire de Melo, realizada em Ouroândia - BA, em 07/12/2013

A fertilidade do solo e a regularidade das chuvas cederam lugar à diversificação de culturas, passando-se também à exploração do milho, feijão, sisal e principalmente o algodão. O volume produtivo e a forte comercialização desse produto fez com que o nome da comunidade fosse mudado para “Fazenda Engenho Velho de Ouro Branco”, em homenagem ao algodão, então, elite das culturas ali exploradas.²¹

Em outra etapa da história, a região também se chamou Ouro Branco, devido ao auge da cultura do algodão nas décadas de 1920 e 1940. Comenta-se muito na cidade que esse comércio colaborou com a economia local, uma vez que a lucratividade beneficiava a elite²² de agricultores da região. Entretanto, por outro lado, implicou o aumento da população, pois a alta lucratividade atraía pessoas de cidades próximas, ou até mesmo algumas famílias advindas de outros estados que, por sua vez, instalavam-se na localidade. As propriedades rurais passaram a empregar pessoas e assim a atividade agora não era mais apenas de subsistência familiar, mas tratava-se de uma atividade econômica que exercia influência nas microrregiões.

Em 1930, o desenvolvimento agrícola da comunidade era crescente. As explorações se estendiam. Os experientes trabalhadores rurais dos estados de Paraíba e Pernambuco começaram a povoar a região e a ampliar as explorações das culturas do algodão e sisal.²³

A incorporação de novas técnicas e tecnologias na cultura algodoeira, que otimizaram as etapas de colheita do algodão com maior eficiências em produtividade, gerou impacto direto na economia local. Isso, agregado às formas de negociação que passaram da troca de mercadorias para o uso da moeda, despertou um imediato desejo pelo lucro, o que, por sua vez, ocasionou um êxodo de pessoas para a localidade. A instalação de uma usina de beneficiamento da matéria-prima, ainda que em um “barracão”, na praça principal, hoje conhecida como praça José Prado Alves, constituiu um dado importante sobre isso, já que, associada aos

²¹ Lei orgânica do Município, promulgada em 30 de junho de 1990, pag.4

²² O termo aqui utilizado sobre a “elite” terá sua definição inspirada no conceito de José Murilo de Carvalho (2003)²² em seu trabalho sobre as elites políticas imperiais “A construção da Ordem: a elite política imperial”, o qual entende como pertencentes às elites, o grupo de homens que estavam em condição de tomar decisões dentro do governo.

²³ *Ibidem*

fenômenos já mencionados, permitia que o produto apresentasse maiores e melhores condições de comercialização.

Ali, o algodão passaria pelo processo de separação do caroço e da pluma, uma vez que a produção e a limpeza do algodão eram tarefas manuais que levavam várias horas, e as novas técnicas incorporadas à cultura algodoeira visava propiciar uma produção mais elevada e mais intensa, outro nível de produtividade.

Segundo algumas entrevistas, e parece consenso na memória local, a incorporação de avanços ao processo de produção e beneficiamento do algodão implicou um aumento significativo na produção. Segundo se comenta, a produção diária obtida com os métodos antigos era igualada em cerca de uma hora com os novos recursos.

Outro impacto na economia local foi o processo inflacionário desencadeado logo após o funcionamento da descaroçadora e instalação da usina de beneficiamento. Com a ampliação da produtividade, ampliaram-se também os horizontes de comercialização do produto. Com isso e com o interesse externo pelo produto, os preços das sacas foram aumentando tanto quanto a lucratividade. As relações passaram a se estabelecer entre a localidade e a capital do estado, e a produção passava gradualmente a deixar de ser destinada ao mercado interno de Engenho Velho de Ouro Branco.



Foto ilustrativa do tipo de equipamento que beneficiava o algodão para Salvador

Em suma, apesar de não ter transportes suficientes para carregar toda produção aos seus destinos, a cultura algodoeira teve êxito devido à facilidade e a simplicidade de sua produção. Caio Prado Junior (1970) relata que “Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operação simples que não exigem senão instalações sumárias”.²⁴

Com o desenvolvimento dessa economia, houve uma ascensão de Vila para distrito, e o próprio nome da localidade foi alterado, ou seja, de Engenho Velho de Ouro Branco, passou-se a ser chamada de Ouro Branco apenas. Essa luta pela elevação à Distrito iniciou-se ainda no governo de Lomanto Júnior e a aprovação só veio a ocorrer em 23 de janeiro de 1968, já no governo de Luiz Viana Filho, com o decreto de número 20.568, no qual se lê no Artigo 1º “Fica criado o Distrito Policial de Ouro Branco no Município de Jacobina.” O Decreto foi publicado no diário oficial em 13 de março de 1968.



O líder político Pedro Teodoro e comitiva de Ouro Branco se encontram com o governador Lomanto Júnior. Comitiva: Antônio Adelmo, Alfredo Teodoro (Dior), José Ribeiro de Moraes, José Domingos, Edvaldo Xavier (Novo), Eduardo Balbino, José Gonzaga (Biru), Manoel Domingo, Antônio Teodoro, Antônio Pedreiro, Antônio Borges e Noca.

²⁴ Prado Junior, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 26ª edição 1970.pag. 57

1.2.1 - Mármore Bege Bahia

Na década de 1950, a indústria algodoeira foi perdendo espaço em várias regiões. Segundo dados de uma Consultoria e Serviços de Investigação geológica e ambiental conhecida como GEOEXPLORE²⁵, no final dessa década, no município de Juazeiro foi iniciada a exploração do Mármore Bege Bahia, porém foi na região de Ouro Branco que uma concentração maior dessa pedra foi encontrada. O mármore denominado “Bege Bahia”, como é conhecido comercialmente no setor de rochas ornamentais, “é uma rocha calcária abundante na região do rio Salitre, que é tipificada na formação Caatinga, de ambiente continental, e provém de alterações de calcários de formação salitre”.²⁶

Nesse período, as atividades relacionadas ao mármore bege passaram a se destacar na economia local. Aos poucos se percebeu que, paralelamente ao surgimento de uma nova atividade econômica local, surgia também uma nova elite que chegava e se apropriava dos recursos para exploração das riquezas.

A exploração do “Bege Bahia” em Ouro Branco não refletia diretamente um processo de ascensão econômica oriunda no cerne da população local, não era a população nativa ou os habitantes de longas datas que passariam de imediato ou a *posteriori* a se beneficiar diretamente do “ouro branco”. Também, por mais que possa indicar que a nova elite almejasse cargos políticos, isso não foi constatado em nossos estudos, ao contrário, eles mantiveram certa distância da localidade.

Essa nova elite era composta por comerciantes de outras localidades e regiões que fizeram parcerias com empresários que, por sua vez, já sabiam lidar com a extração e comercialização dessas pedras destinadas à confecção de peças ornamentais. Estes viram na localidade um terreno próspero para a implantação dessa nova atividade. Ou seja, eles viram uma oportunidade de aumentar seus

²⁵ Consultoria e serviços de Investigação geológica e ambiental dos depósitos e áreas de ocorrência do mármore Bege Bahia, na região situada entre os municípios de Orolândia e Jacobina, a S. a Campo Formoso, a N. Salvador: CBPM/COMIN, 2002.135p.,il.,color.

²⁶ RIBEIRO, A. F. e MAGALHÃES, A. C. F. Caracterização Geológico-Econômico do Mármore Bege Bahia. IV Simpósio de Rochas Ornamentais do Nordeste, Fortaleza – CE, 2003. p. 63-67.

poderes aquisitivos e desfrutá-los em outro lugar, uma vez que não residiam em Ouro Branco.

Isso, contudo, não quer dizer que eles não tinham interesses políticos na localidade, mas se os tais existiram, consolidaram-se de forma indireta. Não há exemplos, tampouco relatos de que algum destes novos empresários tenha galgado carreira política ali, entretanto, isso não esgota qualquer possibilidade de que tenham existido vínculos entre os empresários e as lideranças políticas locais, contudo, dadas as delimitações definidas para nosso trabalho, estudos mais profundos sobre isso poderão ser efetuados em outro momento e situação.

Segundo uma entrevista com o Senhor Albino Jesus da Paixão,²⁷ O primeiro desbravador do mármore a se instalar na região, foi o senhor José Sebastião Barbosa, que, por ser natural do estado de Pernambuco, ficou conhecido popularmente pela população como “Seu Pernambuco”. No ano de 1970, ele trouxe consigo alguns trabalhadores oriundos de localidades vizinhas à cidade de Juazeiro, de Patamuté (distrito de Curaçá) e Carrapichel (distrito de Senhor do Bonfim), e a comercialização dos blocos era feita diretamente para a ICESA (Indústria Comércio e Empreendimentos no Salvador), empresa situada na capital baiana e pertencente aos senhores Gian Franco e Dante Dortas Oliviere.

Me lembro como se fosse hoje, quando cheguei a essa localidade, eu apenas um menino de uns 15 anos que saí em busca de trabalho da minha cidade natal Amargosa, no sul da Bahia, no ano de 70 eu então com 20 anos comecei a trabalhar com seu Pernambuco. (...) recordo que as pessoas que trabalhavam com ele vieram de Patamuté, Carrapichel e sempre ouvia eles dizerem que os caminhões levariam os blocos pra Salvador, pra ICESA.²⁸

Entre 1969 e 1970, o Senhor José S. Barbosa regularizou sua empresa de extração de Mármore e a registrou com o nome fantasia de MOB, cujas iniciais significava, Mineração de Ouro Branco²⁹, e ela entrou para a história como a primeira firma a se instalar no solo ourobranquense, assim como a primeira a utilizar

²⁷ Cidadão ourolandense, cuja empresa que o contratou – a MOB – fez o primeiro registro na sua carteira de trabalho.

²⁸ Entrevista com Albino Jesus da Paixão, realizada em 02/04/2014, em Barragem de Ouroândia.

²⁹ Fonte: carteira de trabalho do Sr. Albino Jesus da Paixão

nos cortes das bancadas das rochas a nova técnica que se utilizava de fio helicoidal movido a motor a diesel. Anos mais tarde, a ICESA, (com sede em Salvador) registrou sua filial na localidade e, assim, outras empresas foram chegando e a exploração do Bege Bahia foi se intensificando e o mármore foi ganhando a liderança na economia local.

A notícia se espalhava na região sobre o crescimento das firmas, como eram chamadas as empresas de extração do mármore bege que se instalaram na localidade, e muitas famílias foram chegando ao distrito com a esperança de arranjar um meio de sobrevivência: o desejo de obter um trabalho fixo levava essas pessoas, cuja maioria era constituída por indivíduos do sexo masculino e de baixa escolaridade, a aventurarem-se nesse processo migratório em busca de melhorias de vida.

Por outro lado, os primeiros métodos utilizados nas pedreiras eram ainda muito primitivos, isso com base nos padrões atuais, o processo era básica e integralmente manual em todas as etapas. Todavia, todos os trabalhadores tinham conhecimento dos riscos a que estavam expostos, até mesmo por não terem equipamentos de segurança adequados. Por essa razão, somente pessoas qualificadas poderiam comandar certas 'manobras'³⁰, assim, poucos acidentes ficaram registrados nessas jornadas de 40 horas de trabalho semanais com a obrigatoriedade de se fazerem 2 horas extras diárias. Quando ocorriam acidentes, eles não eram considerados graves, conforme dados obtidos através da utilização da fonte oral, através de uma entrevista com o Senhor Albino Jesus da Paixão, um dos primeiros trabalhadores da MOB³¹.

Em 1970, fui registrado nessa empresa, a MOB, como servente, era um tipo de serviços gerais, com uma remuneração de Cr\$ 4,16 (quatro cruzeiros e dezesseis centavos) por dia. (...) Quase não se ouvia falar de acidentes nas pedreiras, porque as pessoas que manuseavam as atividades mais perigosas eram pessoas que vieram de outras localidades com experiência nesse tipo de trabalho, (...) não dá pra esquecer que nós, trabalhadores, éramos visitados com frequência pelos jovens do bairro mais próximo, e isso acontecia pelo fato do

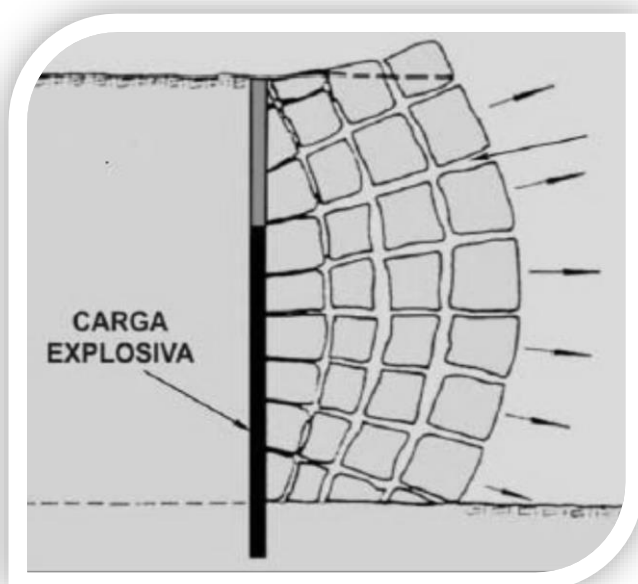
³⁰ Nome dado para a locomoção dos blocos com cabos de aço e roldanas para orientação onde a pedra era puxada com um guincho motorizado da área extraída para a área de embarque.

³¹ Mineração de Ouro Branco

barulho dos novos equipamentos chamarem a atenção dessas pessoas.³²

Era comum a cena de um bando de trabalhadores com cunhas (barras de ferro com uma de suas pontas agudas) e marretas nas mãos fazendo buracos em partes ásperas das pedras e em seguida tapavam-lhes completamente com a pólvora negra, quando o estopim era finalmente aceso e a explosão ressoava por toda a área, fazendo o corte planejado, transformando artesanalmente as grandes rochas irregulares em blocos quadrados.

1.2.2 - Esquema de utilização de explosivos para a extração do mármore.



Esse gráfico mostra a forma de como a perfuração manual era feita na rocha através da cunha e martelos, assim como o preenchimento da lacuna com uma carga explosiva (pólvora e estopim), e por fim, o resultado que se esperava.

Entretanto, quando o corte não saía da forma esperada, muitos acidentes poderiam acontecer. Os fragmentos de pedras poderiam ser lançados em direções diversas, mesmo quando a explosão falhava ou a sua detonação era feita de forma inesperada, podendo, assim, machucar pessoas, animais ou devastar áreas cercadas de vegetações.

Com a passagem do tempo, a extração do Bege Bahia foi facilitada através de grupos de investidores que trouxeram recursos econômicos e novas técnicas de trabalho que agilizavam ainda mais a extração dos blocos de mármore. Estes, ainda

³² Entrevista com Albino Jesus da Paixão, realizada em 02/04/2014, em Barragem de Ourolandia

em estado bruto, continuavam sendo transportados por caminhões para outros estados, onde seriam beneficiados através da serrada e do polimento e as chapas eram vendidas até mesmo para fora do país.

Portanto, apesar do trabalho árduo, a vida econômica do distrito foi crescendo, e junto com ela foram nascendo os sentimentos de apego com a localidade, assim também como os interesses políticos de pessoas ligadas à elite da nova economia, o mármore. Todavia, os primórdios do Distrito de Ouro Branco mantinham ainda forte o investimento na agropecuária, e quaisquer tipos de previsões de mudanças na localidade que fossem propostas geravam conflitos entre os sentimentos emancipacionistas e o apego à antiga tradição do setor econômico que outrora elevara o pacato povoado à distrito.

Conforme relatos dos entrevistados, a extração do mármore promoveu um salto na economia local. Muitas pessoas passaram a ter trabalhos com a carteira assinada. Isso significou certa estabilidade financeira, o que, por sua vez, possibilitou uma melhoria na qualidade de vida. Outros até conseguiram montar seus próprios comércios, como mercados e lojas de variedades, que, posteriormente, cresceram e geraram mais empregos na localidade. Dessa forma, o mármore foi ganhando destaque econômico na localidade, e Ouro Branco foi atraindo cada vez mais investidores. Junto a essa ascensão, surgiram alguns personagens políticos como os senhores Nivaldo Marinho Nunes, Pedro Teodoro e Antonio Teodoro. Estes, juntamente com a liderança do PFL – Partido da Frente Liberal – em Jacobina, passaram a perceber na localidade um futuro político promissor. Surgiam então os primeiros sinais de um processo emancipatório vindouro.

1.3 - Bairrismo ou interesses políticos: surgem os primeiros sentimentos emancipacionistas.

A ascensão econômica individual ou coletiva implicou o surgimento de sentimentos diversos na localidade que, por sua vez, refletiram-se em algumas atitudes que possivelmente mudaria a própria forma de se pensar essa localidade onde as pessoas haviam se estabelecido. O sucesso ou insucesso de uma

atividade, decisão ou feito, quando associado diretamente a um local específico, pode fazer florescer novos pensamentos, novas ideias, novos sentimentos sobre ele.

No caso específico de Ouro Branco, o sucesso das atividades econômicas locais fez “nascer” não somente novos sentimentos, mas também uma gama de novos interesses para com o distrito. É razoável pensar que uma coisa é a exploração econômica local com toda uma vida fora do ambiente comercial instalada em outra localidade, e outra coisa é uma vida completamente vivida com o complexo conjunto de experiências comerciais e pessoais em um único lugar. Provavelmente os sentimentos daqueles que se instalaram comercialmente em Ouro Branco e também estabeleceram suas vidas e de suas respectivas famílias no mesmo ambiente criaram uma forma nova de relacionamento entre estas pessoas e a região.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Bairrista é aquele que habita ou frequenta um bairro, que defende com entusiasmo os interesses do seu bairro ou da sua terra, que ou aquele que devota afeição especial ou exagerada à sua cidade ou ao seu estado³³. O dicionário Aurélio³⁴ define o termo acima citado como defensor exagerado dos interesses do bairro ou de sua terra. Estas definições geradas no seio da sociedade nos ajudam a entender, ainda que de forma simples e concisa, uma das facetas das relações que se estabelecera em Ouro Branco, e que vai corroborar no surgimento de interesses mais objetivos na localidade.

O termo muitas vezes é visto de forma negativa, pois o vinculam a uma visão estreita de mundo que minimiza tudo aquilo que vem de fora. Dessa forma, nota-se que um bairrismo satisfatoriamente fortalecido pode ocasionar transformações ou conservações, em muitos aspectos, de um determinado local. Mas defendemos aqui, no que se refere a Ouro Branco, que esse termo representará, embora por vezes exagerada, uma atitude positiva, de amor, valorização e orgulho pela região.

Analisando o comportamento de muitos moradores, percebemos que eles apresentam uma grande afabilidade ao local de origem, entretanto, esse sentimento aparece com ênfase na geração mais remota, que em sua maioria defende o amor à

³³ Cf. HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 3 ed. Cidade: Editora, 2009.

³⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro 1993.

pátria e a permanência de “velhos costumes” e com ímpeto repetem com orgulho que o “homem precisa amar a sua terra e respeitar seu território”³⁵. Entretanto não se percebeu aqui que existia um julgamento com as pessoas advindas de outros territórios que chegasse a desvirtuá-las ou que viessem a associá-las a pessoas de índole duvidosa, até mesmo porque, em sua maioria, todas as pessoas do povoado tinham em suas árvores genealógicas familiares oriundos de outros estados.

A proposta de criação de um novo município reflete o sentimento de interesses políticos de uma elite local, não necessariamente de amor. Há poucos registros que apresentam um relacionamento mais intenso desta elite com a demanda popular.

Os nascentes interesses políticos se intensificaram com a ascensão desta nova elite. O grupo que destacaremos neste trabalho era composto por comerciantes, fazendeiros e médios agricultores. Note-se a necessidade de salientar que essa elite era apoiada por advogados e médicos, situação não peculiar em se tratando de episódios da história política no Brasil, na qual advogados, engenheiros e principalmente médicos quase sempre tiveram marcantes participações em movimentos e decisões políticas. Estes todos faziam parte da política do município de origem: Jacobina. Todavia, não podemos deixar de citar a pequena demanda da população ourobranquense que foi convidada a fazer parte desse grupo. Por ser considerada instruída, essa minoria pôde oferecer sua contribuição através dos trabalhos possivelmente de caráter persuasivos na comunidade em geral.

Os primeiros burburinhos começaram a “aceirar” as rodas de conversas da população desde que o Senhor Pedro Teodoro se candidatou e se elegeu vereador de Jacobina. E foi deliberado representante do então distrito de Ouro Branco.

A partir dessa ocorrência, parte da população percebeu a importância de ter uma representação política na localidade, uma vez que ela se situava distante da sede. A grande extensão territorial do município de origem era uma das principais causas dos descasos no que diz respeito às necessidades e anseios não atendidos da população de Ouro Branco.

³⁵ Palavras do Senhor Eliud Freire de Melo ao narrar as relações entre as pessoas ligadas a extração de mármore “Bege Bahia” com a localidade. Entrevista realizada em 07/12/2013 em Ourolândia.

Entretanto, existia outra parcela da população do até então povoado de Lagoa do 33, um dos maiores colégios eleitorais do distrito, que tinha como objetivo emancipar apenas a si mesma, pelo fato de possuir uma economia agrária muito significativa. Dessa forma, não aceitava uma subordinação a Ouro Branco, ao contrário, posicionava-se contra a autonomia do distrito.

Outros, então considerados como bairristas conformados com a situação, não viam nessa mudança algo favorável aos anseios da grande maioria, defendida aqui como a parte menos abastada, dos pequenos agricultores, assim como a dos demais trabalhadores. Porém, tais ideias não desviaram o foco do grupo que lutava pela autonomia política, ao contrário, eles se utilizaram de meios convincentes que, de forma indireta, agiam na mentalidade de muitos. Tais artifícios geraram consideráveis conquistas no tocante à mudança de pensamentos de muitos que outrora relutavam em manter como distrito o povoado que tinha a possibilidade de emancipar-se através de algumas alegações. Entre estas alegações, estava a existência de uma forte atividade econômica local e, uma vez convencidos, esses mesmos sujeitos ajudavam a conquistar mais votos a favor da causa.

CAPÍTULO II

CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO EM QUE OCORREU A EMANCIPAÇÃO

Examinaremos no presente capítulo a relação existente entre a articulação política e o poder econômico e quais interferências ambos os fatores apresentaram sobre a possibilidade de emancipação para o futuro novo município, haja vista que a agricultura, a pecuária e a extração de mármore já eram atividades que se destacavam nesse período. Provavelmente, essas atividades auxiliaram na fundamentação da luta pelos ideais de autonomia político-administrativo do Distrito. Sobre o processo de emancipação, Noronha enfatiza que

O processo de emancipação é antes de tudo uma questão de poder, de conflito, onde determinado grupo se sente preterido na aplicação de verbas públicas municipais. Esperar que todos os eleitores de um Município se apresentem para solucionar o problema de um grupo específico é no mínimo ingenuidade.³⁶

Provavelmente durante todo o ano de 1989, a população era constantemente informada da importância do estabelecimento de um governo local, uma vez que a possibilidade de solucionar, em curto prazo, os problemas considerados emergenciais não estaria na alçada dos eleitores do Distrito, e sim de uma representação maior. Para os defensores da causa, seria ingenuidade acreditar que a localidade apresentaria algum tipo de avanço sem desvincular-se politicamente da cidade de Jacobina.

³⁶ NORONHA, R. Criação de novos Municípios: O processo ameaçado. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v.43, n.219, p. 112 abr./dez. 1996.

2.1 – Participação popular ou ação da elite?

Durante as pesquisas, buscamos desvendar algumas indagações referentes à questão da existência de uma participação popular no processo de emancipação no então Distrito de Ouro Branco, ou se existira apenas uma manipulação camuflada com caráter persuasivo da minoria, que era a elite local, através de abaixo-assinados.

O conceito de participação popular neste trabalho se refere a “um movimento em grande parte de caráter reivindicativo – visando o atendimento de carências ou a realização de protestos (...) relativos à marginalização...” (CARDOSO, 1985; KOWARICK e BONDUK, 1994, p. 31). Segundo Benevides (1991) e Bobbio (1986), participação popular se diferencia da participação cidadã porque essa última utiliza-se:

(...) não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas articula-os a outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social. Não nega o sistema de representação, mas busca aperfeiçoá-lo, exigindo a responsabilização políticas e jurídicas dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões (prestação de contas, recall), tornando mais frequentes e eficazes certos instrumentos de participação semidireta, tais como plebiscito, referendo, iniciativa popular de projeto de lei, democratização dos partidos.³⁷

Segundo Lyra, só existe participação popular real quando há soberania popular, quando a população pode “[...] apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso de ação estabelecida pelas forças constituídas e formular cursos de ação alternativos [...]”.³⁸ E nesse trabalho, tentaremos analisar cada informação para buscarmos respostas para tais indagações.

³⁷ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002 p.30-31.

³⁸LYRA, Rubens Pinto (Org.). *A ouvidoria na esfera pública brasileira*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2000, p.17.

Para Dallari, a participação popular prevista na Constituição Federal de 1988 é

(...) um princípio inerente à democracia participativa, garantindo aos indivíduos, grupos e associados, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa dos seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão de bens e serviços públicos.³⁹

Os grupos interessados na emancipação eram compostos de fazendeiros e agricultores medianos, além dos empresários do mármore, que, de forma indireta, através de suas gerências, possivelmente influenciavam seus funcionários na escolha de candidatos. Podemos citar tais atos como um tipo de clientelismo que “de modo geral, indica uma determinada relação entre atores políticos que envolvem concessões de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto”.⁴⁰

Segundo Calvez, o problema principal da democracia é que, apesar de estar numa forma mais ampla e múltipla, a participação pessoal mais desenvolvida de cada um está, efetivamente, na preocupação de nossa época, e não, certamente, sem negar as grandes dificuldades de execução, quando as decisões tornam-se técnicas e pouco acessíveis à maioria dos cidadãos.

³⁹DALLARI, Pedro B. de Abreu. Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros. Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

⁴⁰CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

2.2- Desmembramento político e territorial

Em torno da década de 1930, foram iniciados os processos de emancipação no nosso país, mas foi apenas após o fim do regime militar que as emancipações ganharam ênfase. Segundo uma pesquisa feita pelo IPEA⁴¹, especificamente no primeiro capítulo “Emancipação Político-administrativa de Municípios no Brasil” Magalhães apresenta a informação de que:

Desde 1985, a intensa criação e instalação de municípios no Brasil têm sido parte de um processo mais geral de descentralização. De 1984 a 2000 foram instalados 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento. Como, em 1984, existiam 4.102 municípios no Brasil, os novos municípios correspondem a um aumento de 34,3%.⁴²

Segundo Maria Silvia Barros Lorenzetti, da Consultoria Legislativa⁴³, até a publicação da Carta de 1988, o assunto da criação de novos municípios era elemento de dispositivo da Constituição Federal, ainda que prevendo a consulta às populações locais, estipulava a submissão a requisitos mínimos de população e renda pública deliberados em lei complementar. Deste modo, relata a Carta de 1967

Art.14. Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de Municípios. Parágrafo único. A organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de Municípios e a respectiva divisão em Distritos dependerão de lei. (*Emenda Constitucional nº 1, de 1969*)

Após pesquisas, é notável que a grande maioria das emancipações ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, as emancipações não

⁴¹Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

⁴² Pesquisador do Departamento de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pesquisa feita em 2007 (Ipea).

⁴³ LORENZETTI, Maria Silvia Barros. Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios. Câmara de Deputados, 2003.

sucederam num mesmo compasso em todas as décadas, como podemos perceber na tabela 1, adaptado de Tomio.⁴⁴

Tabela 1
Quantidade de Municípios no Brasil – 1940/2000

REGIÕES	ANOS						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Norte	88	99	120	143	153	298	449
Nordeste	584	609	903	1376	1375	1509	1791
Sudeste	641	845	1085	1410	1410	1432	1668
Sul	181	224	414	717	719	873	1189
Centro-Oeste	80	112	244	306	317	379	463
TOTAL (Brasil)	1574	1889	2766	3952	3974	4491	5560

FONTE: IBGE/TSE

Para estas emancipações, Tomio utiliza os termos explosão municipal, onda emancipacionista e surtos e os associa ao regime vigente em cada época.

[...] períodos democráticos, como a república populista (1945-1964), a nova república (anos de 1980), e o período atual são caracterizados por descentralizações política, institucional e fiscal que favorecem a maior intensidade de emancipações municipais. Ao contrário, períodos ditatoriais, como regime militar (1964-1985), devido as suas características centralizadoras, inibem a criação de um grande número de municípios.⁴⁵

Observando tais fatos, não podemos dizer que há um consenso de melhorias vantajosas em todos os casos das emancipações. Tomio (2002) relata que os novos municípios não conseguem nem sustentar até mesmo sua folha de pagamento apenas com a rentabilidade própria, dependendo assim do Estado e principalmente do FPM (Fundo de Participação Municipal), que é a maior fonte de renda dos municípios de pequeno porte, ou seja, seria desnecessário criar novas cidades somente para mostrar um país mais liberal e implantar, de acordo com seu vasto território, inúmeros poderes locais, se o mesmo não tivesse uma rentabilidade

⁴⁴ TOMIO, Fabrício R. de L. “Explosão municipal” - a criação de municípios no contexto institucional democrático posterior à Constituição de 1988. II Encontro da ABCP – PUC/SP, 2000;

⁴⁵ TOMIO, F. R. de L. “A criação de municípios após a constituição de 1988”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.17, nº.48, p. 56, fev /2002.

suficiente para sua autonomia. Em outras palavras, “é o FPM que garante a sobrevivência da maior parte das unidades emancipadas”.⁴⁶ Lorenzetti da Consultoria Legislativa destaca,

Em obediência a esse dispositivo constitucional, foi editada a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia os referidos requisitos mínimos de população e renda pública, bem como dispunha sobre a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios. Esses requisitos, que eram uniformes para todo o país, compreendiam: população estimada superior a dez mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população existente no Estado; eleitorado não inferior a dez por cento da população; centro urbano já constituído, com o mínimo de duzentas casas; e arrecadação mínima de cinco milésimos da receita estadual de impostos, computada no exercício anterior ao processo de emancipação. Comprovado o atendimento a tais exigências, a Assembléia Legislativa do respectivo Estado determinava a realização de plebiscito e, havendo resultado favorável, editava a lei de criação do novo município.⁴⁷

No que se refere às razões principais que os municípios supostamente almejam e se empenham em buscar suas autonomias, Magalhães menciona alguns motivos bastante comuns, presentes em alguns processos.

Vários estudos foram realizados na década de 1990 para tentar entender os principais motivos para a emancipação municipal no Brasil. Bremaeker (1993)⁴⁸ realizou sua pesquisa mediante o envio de questionários abertos aos prefeitos dos novos municípios em 1992. Ele obteve 72 respostas, que representavam uma amostra de 12,4% do total. Listaram-se a seguir as principais alegações dos novos prefeitos, com seus respectivos percentuais: 54,2%: descaso por parte da administração do município de origem; 23,6%: existência de forte atividade econômica local; 20,8%: grande extensão territorial do município de origem; e 1,4%: aumento da população local.⁴⁹

⁴⁶ *Ibidem*, p. 70

⁴⁷ LORENZETTI, Maria Silvia Barros. Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios. Câmara de Deputados, 2003.

⁴⁸ BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. *Revista de Administração Municipal*, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993

⁴⁹ MAGALHÃES, João Carlos. 2007. "Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil". In: XAVIER YAWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). *Dinâmica dos municípios*. Rio de Janeiro: IPEA. p. 16.

No contexto político de Ourolândia naquela época, uma das alegações que foram apresentadas como justificativas para sua autonomia política, era o fato de a localidade apresentar um requisito constitucional importante na formação de novas cidades, que seria possuir uma forte economia local e um número considerável de habitantes.

2.3 – O plebiscito do “Sim ou do Não”.

No capítulo IV - dos Direitos Políticos, e no artigo 14 da Constituição Brasileira⁵⁰ lê-se “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”.

Segundo o dicionário da língua portuguesa “Aurélio”⁵¹, a palavra plebiscito significa “consulta direta ao povo, sobre questão de notória importância política.” Segundo dados da nossa entrevista, existiam algumas razões que encorajavam o povo a manter altiva a esperança de melhoras possivelmente advindas da vitória do plebiscito e posteriormente de uma opção pelo movimento de emancipação e autonomia política.

Provavelmente em janeiro de 1989, o sentimento bairrista existente ali contribuiu para o plebiscito, entretanto o mesmo “bairrismo” apresentava ideais distintos, ou seja, existia o grupo de pessoas que optavam pelo “Sim”, pois viam na emancipação uma oportunidade de grandes mudanças econômicas e estrutural no contexto sócio-político da localidade, uma vez que a autonomia geraria possibilidades de adquirir maiores recursos estaduais e federais além de possibilitar alguns empreendimentos locais para Ouro Branco, o que, se não evitaria o êxodo rural, certamente o reduziria e, assim, poderia garantir a permanência em seu seio aos denominados “filhos da terra”

⁵⁰BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília, 5 de outubro de 1988.

⁵¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro 1993.

No decorrer das entrevistas, um cidadão ourolandense, que solicitou a preservação de sua identidade, relatou que, durante a campanha do plebiscito, havia um investimento significativo no processo de persuasão das pessoas, principalmente as dos povoados mais afastados da sede, por parte dos grupos que almejavam ser chapa única posteriormente no pleito eleitoral. Em parte, havia uma preocupação em ajudá-las financeiramente, pois teriam como indicar alguém em algumas das famílias para preencher as vagas de empregos municipais que posteriormente viriam a ter. Em contrapartida, elas possivelmente seriam mais fáceis de lidar no que diz respeito aos votos, pois a lealdade e a gratidão seriam as virtudes necessárias para que, nos anos porvindouros, o poder continuasse nas mãos do mesmo partido.

Outros defendiam o “Não”, por acreditarem primeiro que a localidade não teria porte suficiente para uma emancipação, e que Jacobina, o município de origem e ao qual Ouro Branco pertencia, teria maiores condições de ajudar a localidade do que ela mesma, emancipada. Uma minoria dizia, ainda, que essa elevação traria malefícios, visto que novos personagens adentrariam o território municipal trazendo consigo mudanças e novos costumes, além de atrair “marginais”, nome pelo qual as pessoas mais idosas da nossa entrevista se referiam aos ladrões, ou aos procurados pela justiça.

Nesses termos, pode-se perceber que havia uma situação conflitante entre partes da população, no tocante ao posicionamento sobre o processo por ser desencadeado. Os políticos e seus grupos (PMDB e PFL), compostos por diversas camadas da população - fazendeiros, comerciantes e grande parte da população pobre da sede, e da Zona rural, exceto parte de Lagoa do 33 e Alagadiço - defendiam o SIM, pois acreditavam que a emancipação seria uma das melhores coisas que aconteceriam ao Distrito, já que renderia mais postos de trabalho para a população, além de ampliar sua estrutura física, ingressando-a na modernização e isso só seria possível se o cordão umbilical fosse cortado da cidade mãe, Jacobina. O primeiro prefeito da cidade, o senhor Antonio Araujo⁵², relatou que

⁵² Antônio Araújo de Souza, primeiro prefeito da cidade de Ourolândia em 1989.

Grande parte das pessoas defendia o Sim, por perceberem a ausência do poder público na questão da segurança. Jacobina era um município gigante e não atendia a necessidade de seus Distritos. A comunidade em questão era muito violenta e era criticada através da nomenclatura **Ourubu**, pois havia um ditado que percorria as cidades vizinhas, que dizia que “em Ouro Branco se matava um e deixava outro amarrado para o outro dia”⁵³.

O grupo do NÃO eram alguns dos grandes proprietários de terra entre os povoados de Lagoa do 33 e Alagadiço e uma parcela da população que residia, assim como eles, na zona rural, (provavelmente dependentes diretos ou indiretamente de seus postos de serviços). A razão de esse grupo ser oposição era fundamentada, segundo alguns deles, no desejo pela emancipação isolada do primeiro povoado acima citado. Outros defendem que essa oposição se dava pelo fato de as lideranças não quererem ir de encontro aos ideais do prefeito de Jacobina o “Dr. Carlito”. Sobre a questão do plebiscito, o então vereador Ademar Ferreira da Silva (o Mi, de Casa Nova) relatou

O povo dizia o seguinte, que a emancipação de Ouroândia iria impedir de Jacobina fazer alguma coisa [a mais]. No pensamento deles, Jacobina tinha mais condição, por ser um município maior, de ajudar mais na lavoura e outras coisas. Mas outras pessoas que pensavam positivo como eu e outras, nós [sabíamos] que tínhamos toda condição de sobreviver mesmo separada (...) da cidade mãe.⁵⁴

Os primeiros movimentos sobre a aplicação de um plebiscito na localidade foi regido pelos senhores Nivaldo Marinho Nunes, conhecido popularmente como “Gatão”, e o vereador Pedro Teodoro, assim como a oposição dos mesmos, Antônio Araújo e outros, no início do ano de 1989. Eles passaram a envolver muitos moradores de Ouro Branco e buscaram apoio da situação e da oposição do governo da Bahia, ou seja, tinham o apoio do atual governador Nilo Moraes Coelho assim como do ex-governador e candidato ao cargo, Antônio Carlos Magalhães.

⁵³ Entrevista com o Sr. Antônio Araujo de Souza, em 24/09/2014.

⁵⁴ Entrevista com um vereador da cidade, Ademar Ferreira da Silva em 20/06/2014 em Barragem de Ouroândia.



Comitiva de Gatão e Pedro Teodoro em visita ao candidato a governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

Fonte: Acervo de Eliud Freire de Melo.

Dando sequência ao processo do plebiscito, os locais de votação foram montados e um dos mesários, o sr. Eliud Freire de Melo, que foi destinado ao terceiro maior colégio eleitoral no povoado do Alagadiço, relatou

Me lembro bem que eu fui acompanhar 'lá' como mesário (...) em Alagadiço, mas lá era um problema sério, o povo contra, e eu inventava de tudo. (...) tinha um Senhor, o seu Andrade, (...) ele dizia: 'eita, mas esse homem rouba'. E eu "mandei brasa fazendo coisas", (...) terminou o final da votação, e eu perguntei: não tem ninguém mais pra votar? [muita gente tinha ficado sem votar] (...) e todo mundo de olho "na gente". Tinha uma jovem lá, [e eu perguntei]: tu conheces esse pessoal? (...) e ela respondeu: 'eu conheço, mas tá viajando', (...) Vamos pegar e votar no nome dessas pessoas? (...) ⁵⁵.

Segundo o Senhor Eliud Freire, no dia da votação, houve muitos tumultos ainda, até a polícia estava procurando os mesários, porque muitas denúncias chegavam até eles de que os responsáveis pelas votações em todo o distrito estavam "roubando demais", e ele ainda relata na sua entrevista que, se não fosse assim, se não tivessem feito algumas "votações ilegais", fato que o sr. Antonio Araujo⁵⁶ também confirma, Ouro Branco não teria se emancipado, e parte dessa ausência se devia ao fato de as pessoas estarem inseguras quanto a essa nova

⁵⁵ Entrevista com o sr. Eliud Freire de Melo, realizada em Ourolândia - BA, em 07/12/2013

⁵⁶ Antônio Araújo de Souza, primeiro prefeito da cidade de Ourolândia em 1989.

fase, muitos não saíram de casa para não terem participação nesse evento, alegando que tal fato não traria bem algum para o povoado e que depois estariam sem remorsos quando 'o pior acontecesse'. E o resultado publicado no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) relata

Certifico, para os devidos fins, que, de acordo com informações prestadas pela Seção de Biblioteca, informação e memória - SEBLIM, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o plebiscito, acerca da emancipação do município de Ourolândia, ocorrido em 08 de janeiro de 1989, apresentou os seguintes resultados: Números de eleitores: 4.612. Números de votantes: 2.796 Votos apurados: SIM (2.091) NÃO (650); NULOS (18); BRANCOS (37).⁵⁷

O apoio do governador Nilo Coelho e do deputado Gilberto Miranda (ex-prefeito de Jacobina) foi de fundamental importância e decisivo, pois eles lutaram muito para validar esse processo, pelo fato de haver denúncias contrárias que tentavam anular o resultado da votação com a alegação de que, no momento em que aconteceu, não havia o quórum suficientemente necessário para sua conclusão e consumação, e, assim, apresentando suas defesas, eles conseguiram legalizar o Plebiscito.

[...] a análise dos processos de decisão mostra que os que decidem a política conservam certa liberdade de manobra: em sociedades tão diferenciadas e complexas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem aos políticos o poder da arbitragem.⁵⁸

Após esse processo, moradores se reuniram para escolher um nome que a cidade receberia futuramente. Todavia não podia ser mantido o mesmo nome do distrito, segundo os dados da entrevista⁵⁹, pelo fato de haver no interior da Bahia outra

⁵⁷ Informações prestadas pela Seção de Biblioteca Informação e Memória- SEBLIM do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Em 10 de novembro de 2014, pelo chefe de cartório Vânia Gonçalves Pacheco.

⁵⁸ REMOND, René (orgs). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P.447.

⁵⁹ Entrevista com o sr. Eliude Freire de Melo, realizada em Ourolândia - BA, em 07/12/2013

cidade com o referido nome, Ouro Branco. A votação foi encerrada quando Edson Freire citou o nome de Ourolândia como sugestão, e em sua justificativa ele apresentou o significado que teria o prefixo Ouro, primeiro traria na memória o algodão, cultura que outrora alavancara a economia local e de onde se originou o nome do distrito, e por outro ângulo, poderia se referir ao Mármore, pelo fato de este ser um dos principais meios de sobrevivência no presente, uma homenagem ao “ouro do sertão” Ourobranquense, que conseguiu elevar o nível da economia da localidade, e assim, o nome Ourolândia foi aprovado pela maioria dos presentes na reunião.

E após o plebiscito e a escolha do nome, foi iniciado o processo de legalização no cartório eleitoral para que o Distrito Ouro Branco finalmente passasse a ser cidade. E assim, em um período no qual o país estava vivendo momentos de grandes descentralizações, Ourolândia alcançou sua tão sonhada “independência”.

CAPÍTULO III

O NASCIMENTO DO MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA: QUESTÕES POLÍTICAS

Uma vez emancipado o novo município e já tendo o nome, o próximo passo seria a escolha do primeiro governante e da primeira câmara de vereadores. A cidade estava prestes a experimentar um processo eleitoral que em muitos aspectos diferiria do plebiscito do “Sim” ou do “Não”. A expressão fria dos moradores em relação ao plebiscito se transformaria em algo repleto de animosidades e conflitos. Ouarolândia ainda não havia experimentado algo do tipo, desta vez o jogo eleitoral e eleitoreiro ocorria bem em seu quintal.

3.1- As primeiras eleições e as campanhas eleitorais

A busca pela emancipação do distrito, até então vinculado a Jacobina, provavelmente não significou a instituição de um regime político verdadeiramente democrático e livre das influências do poder econômico, já que os nomes bem-conceituados da época se resumiam aos principais interessados nas tais mudanças políticas e, possivelmente, partia deles a necessidade de se criar um município independente. No período em que ocorreu a primeira eleição em Ouarolândia, o Brasil passava por um processo de mudança chamado de Nova Republica, quando uma Nova Constituição acabara de ser promulgada, fazendo várias transformações na política partidária do País.

Na época da emancipação de Ouarolândia, o Presidente do Brasil era Fernando Collor de Melo, o qual tinha recentemente adentrado a história do país como o primeiro presidente eleito pelo voto popular após o Regime Militar. Ainda nesse período, o país passava por momentos de lutas e reivindicações, pois, muitos municípios brasileiros buscavam emancipar-se e criar seus próprios planos de governo.

Em 05 de outubro de 1988, em sessão solene realizada no plenário da Câmara dos Deputados, é promulgada a Constituição da República

Federativa do Brasil, pautada nos princípios da cidadania, da soberania popular, da igualdade, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo político.⁶⁰

Possivelmente no dia em que a Constituição Federal de 1988 completou vinte anos de promulgada, a sociedade brasileira teve a oportunidade de fazer uma grande comemoração, escolhendo os prefeitos e vereadores de mais de cinco mil municípios brasileiros. Um ano após esse acontecimento, foi a vez do município de Ourolândia, até então chamado de Ouro Branco, fazer parte dessa história de emancipações. O ano de 1989 foi um ano em que ocorreram muitas mudanças na política, a criação de plebiscitos, a luta do povo brasileiro por uma forma democrática de atuação na escolha dos seus líderes políticos. Para Dallari (1996 p. 13)⁶¹

A participação popular prevista na Constituição Federal de 1988 é um princípio inerente à democracia, garantindo aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos (ROCHA, 2011) 62.

Dallari ainda relata que a participação Popular expressa a alegria “do indivíduo, ou como grupo, organização, ou associação, de atuar pela via legislativa, administrativa ou judicial no amparo do interesse público que se traduz nas aspirações de todos os segmentos sociais”. Ou seja, há uma exultação na mente daqueles que lutam em favor de seus direitos, principalmente respaldados pelas normas legais, e conseguem obter o resultado esperado.

Partindo do princípio escrito em nossa Constituição que diz “Todo poder emana do povo”, foi necessário deixar a cargo do povo Ourobranquense a decisão

⁶⁰ BARREIROS NETO, Jaime. Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2162, 2jun. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12872>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

⁶¹ DALLARI, Dalmo de Abreu. Formas de Participação Política. In *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. São Paulo: [Imprensa Oficial], nº 24: 135-147, dez., 1995.

⁶² ROCHA, José Cláudio. A participação popular na gestão pública no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2886, 27maio2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

de emancipar ou não o distrito, criando-se, assim, um plebiscito com a função de tornar-se uma ação democrática. E assim, com base na Constituição, os líderes políticos de Jacobina e Ouro Branco mobilizaram-se em prol do desmembramento do município.

O Art. 18 e o § 3º do Título III da Organização do Estado e o capítulo I da organização político-administrativa da Constituição descrevem

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.⁶³

As primeiras eleições sempre ficam cravadas nos anais da história de cada Município. Ourolândia não se diferenciou dos demais distritos emancipados no que diz respeito à empolgação, às intrigas, às desarmonias entre os grupos e uma série de coisas peculiares a esse processo. Jean-Yves Calvez, o autor do livro “Política: uma introdução”, ressalta:

(...) [que] o bom funcionamento dos partidos suponha uma prática cotidiana de participação, sem a qual somos levados a ‘voltar aos partidos’ ele afirma que há uma política onde existe poder - onde há o exercício do poder, (...) a influência do homem sobre o homem (de alguns homens sobre outros), (1997). 64

Para esse autor, apesar do ilusório comando social racional, os grupos políticos continuam sendo necessários e tem seu lugar. Porém a “política e o estado têm dificuldade de conviver na selva da sociedade civil, com seus milhares de interesses entrecruzados e de observar as áreas da inteligência e da vontade humana”.

Segundo relatos da entrevista com o senhor Eliud Freire⁶⁵, um fator que se destacava muito no pleito eleitoral de Jacobina era a disputa acirrada entre os dois

⁶³BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília, 5 de outubro de 1988.

⁶⁴ CALVEZ, Jean Yves. (1997). *Política: uma introdução*. São Paulo, Editora Ática.

⁶⁵ Entrevista com o sr. Eliud Freire de Melo, realizada em Ourolândia - BA, em 07/12/2013

grupos políticos que se identificavam e se diferenciavam através de nomenclaturas que faziam referências a alguns animais, haja vista que isto acontecia também nos demais distritos desta cidade, onde o PFL (Partido da frente Liberal) tinha o título de “Jacu” (ave galinácea comum no Brasil) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) o de “Carcará” (ave da família dos falconídeos de hábitos noturnos).

Em 1989, a agricultura, a pecuária e a extração de mármore já eram atividades que se destacavam na comunidade, e os grupos interessados na emancipação eram compostos também desses micro-empresários, exceto alguns do mármore, pois a maioria deles tinha suas empresas comandadas por gerentes, pelo fato de não morarem na região.

Na primeira eleição, após a emancipação da cidade, os dois grupos políticos começaram a se articular para decidir os nomes dos candidatos para disputarem a primeira eleição do Município. Antônio Araujo relatou que,

A princípio, chegamos a propor ao Senhor Nivaldo Marinho Nunes uma renúncia do pleito, para que o senhor Lealdo juntamente com seu Pedro se juntassem e formassem uma chapa única. O mesmo não aceitou a proposta. Dessa forma, quando lançaram meu nome como favorito, fui candidato de protesto, queria só fazer oposição a Gatão, não pensava em ganhar as eleições, meu objetivo era que não houvesse candidato único.

Após a convenção, o grupo Político do PFL apresenta o nome de Nivaldo Marinho Nunes (prefeito) e Pedro Teodoro (vice-prefeito) e estes estavam sendo apoiados por Raimundo Cedraz. Do outro lado, estava o grupo do PMDB, com Antônio Araujo (prefeito) e Lealdino Barbosa (vice-prefeito) apoiados por Carlos Daltro, o “ Carlitão”.

O processo do nascimento da nova cidade trouxe consigo muita inquietação. Os eleitores passaram a vivenciar algo diferenciado, uma campanha local mais empolgante. O comportamento do povo em frente ao fato novo gerava momentos de perplexidade, alegria, esperança e muita cautela. Sobre essa questão, o primeiro prefeito da cidade descreve

Nossos recursos eram insuficientes para fazer uma campanha, mas a empolgação da comunidade era tanta que recebíamos doações de novilhos, caprinos, e até mesmo aqueles que não tinham como ajudar marcavam almoços com galinhas caipiras para reunir o pessoal em determinadas localidades. Quanto mais a notícia se espalhava sobre a força que a campanha possuía, mais pessoas aderiam ao grupo.⁶⁶

Nesse diferente contexto, Ourolândia estava ganhando um espaço na futura atualização do mapa político e territorial do Brasil. Além disso, trazia consigo, nessa nova fase, uma esperança de dias melhores para a população, principalmente na área da segurança pública, que era a parte que mais incomodava grande parte dos moradores.



Foto de um dos primeiros comícios da chapa do PMDB: Antônio Araujo e Lealdino Barbosa.

Fonte: Memória de ouro

Em Ourolândia, o pleito era reconhecido como a disputa entre o Gato e o Rato. Os GATOS (PFL), em alusão ao candidato a prefeito da oposição Nivaldo Marinho Nunes, que era conhecido popularmente como GATÃO. E os RATOS (o PMDB) em contraposição a nomenclatura utilizada pela chapa opositora.

⁶⁶ Entrevista realizada no dia 24/09/ 2014, com o senhor Antônio Araújo de Souza

As músicas das campanhas eleitorais na primeira eleição, assim como na atualidade ainda acontece, têm o objetivo de propagar as benfeitorias de cada candidato, mas, desde o princípio, grande parte delas trazia em suas letras uma mensagem, na maioria das vezes, ofensiva: algumas, que possuíam até uma letra cômico-informativa, findaram eternizadas na memória de algumas pessoas que vivenciaram todo esse processo. O professor Josevando Ribeiro⁶⁷ citou um trecho de uma das músicas do partido do PFL (Os Gatos),

Vamos minha gente, vamos meus irmãos, vamos meus irmãos. Vamos apoiar o partido de Gatão. Vamos minha gente, vamos meus irmãos. Vamos votar no partido de Gatão. “Entra na onda, fica com Leondas. É com carinho que eu voto em Lidinho. Vai ficar bom, não fica mal, Zé do Chicão, Luiz de Técio e Juvenal, tem Idorlando e o Adelmo Xavier, tem Chico Magro, tem o Dió, Vamos votar neles que aqui fica melhor”. É Gatão é Gatão é Gatão, não dê seu voto por um aperto de mão. É Gatão é Gatão é Gatão não dê seu voto por um pedaço de pão.

A música escolhida pelo PMDB, já era conhecida pela população, com o título “Eu quero ter um milhão de amigos”, do cantor e compositor Roberto Carlos. Ela trazia uma mensagem de amizade, companheirismo e, assim como a dos “GATOS”, não foi esquecida pelos fiéis eleitores. A disputa pela prefeitura de Ouro-lândia não era simples, todos os candidatos a prefeito tinham grandes chances. O Site Memória de Ouro, patenteado por Leandro Freire descreve,

O candidato do PFL era visto como favorito por ter um maior poder aquisitivo, ser natural de Ouro Branco, mostrou-se muito forte na sede, além de ter como vice-prefeito um político muito experiente e conhecido em todo o município. O seu opositor, por outro lado, apostou suas forças no interior, nos trabalhadores e produtores rurais e no apoio do prefeito de Jacobina e da família Barbosa que tinha grande influência em Lagoa do 33, o 2º maior colégio eleitoral.⁶⁸

A cidade vivia um clima de turbulência, pois havia um cuidado por parte dos eleitores de cada partido em manter uma vigilância acirrada uns com os outros,

⁶⁷ Professor efetivo no Município de Ouro-lândia o empresário Leandro Freire.

⁶⁸ Site Memória de Ouro, fundado pelo professor de Geografia Leandro Freire, com o objetivo de trazer à memória fatos históricos, geográficos, sociais, além disso muita informação aos ourolândenses.

procurando estabelecer a legalidade do processo eleitoral. Entretanto, esses comportamentos geravam inúmeros conflitos e alguns casos findavam se transformando em agressão física. Há os que relataram que, pelo fato de a localidade ser pacata, esse períodos de campanhas eleitorais se transformavam em grandes diversões, ao término das quais ficava até certa “saude” pairando no ar.



Campanha política na Zona rural da chapa do PMDB.

Fonte: Memória de Ouro.

Um fato corriqueiro nas pequenas cidades é o de cada família assumir o partido que apoiava. Em 1989, as fotos das chapas se destacavam nas paredes das casas e no peito dos eleitores através das camisas de propagandas. Dessa forma, ficava exposta a opção de voto de cada família. Utilizando-se dessas informações, que era conhecida como pesquisa de “boca de urna”, muitos eleitores do partido dos “Gatos” celebraram a vitória antecipadamente, porque estava estampado na maioria das casas do Município, principalmente em Lagoa do 33, a chapa de Gatão e Pedro Teodoro.

Mas essa comemoração não teve longa duração, pois o resultado das urnas fora de encontro a toda pesquisa outrora feita. E no dia 15 de novembro de 1989, numa quarta-feira, sai o resultado da tão esperada eleição e, para espanto dos “GATOS”, os “RATOS” vencem o pleito. Assim, com 316 votos a mais Antônio

Araujo torna-se o primeiro prefeito de Ourolândia com o seu Vice Lealdino Barbosa. (Leandro Freire).⁶⁹

Eliud Freire de Melo ressalta que

(...) [Para o] povo da Lagoa do 33, eu lembro que foi uma derrota, quando gatão perdeu a eleição, (...) o voto era em células no papel, o voto era na mão. Naquela época, meu irmão rasgou o título, a gente não imaginava [o que tinha acontecido com] aquela eleição (...) Dr. Carlito estava no poder, foi uma derrota danada: gente chorava do lado da casa de Preta, a mãe de Gatão, todo mundo chorando, ninguém imaginava que Gatão perdesse, e foi muito voto de diferença.⁷⁰

Os dias posteriores à eleição foram de muitas inquietações e por todos os lados havia grupos reunidos discutindo o tal resultado. E os burburinhos dos “desconsolados” giravam em torno de uma possível fraude: os boatos só começaram a minimizar quando eles perceberam que nada mais poderia ser feito para mudar a realidade, e que a posse da oposição era um fato a ser aceito. “E, assim, as apostas entre os amigos tiveram de ser cumpridas”⁷¹.

3.2- A primeira gestão

Segundo o jornal regional “Gazeta do Ouro”, em primeiro de janeiro de 1990, foram empossados os vereadores eleitos no primeiro pleito eleitoral de Ourolândia realizado no dia 15 de novembro de 1989: oito homens e uma mulher passaram a fazer parte do poder legislativo da cidade “recém-nascida”.

No ultimo dia primeiro, às 13:30 horas, em solenidade presidida pelo juiz titular da §º Zona Eleitoral 164, Bel. José Marques Pedreira, tomou posse a primeira Câmara de Vereadores do Município de Ourolândia, quando foram empossados os vereadores eleitos no último pleito de 15 de novembro: Aécio Costa Rego, Maura Félix da Silva, Filomeno Bezerra da Silva, José Francisco, Juvenal Rumão, Eliud Melo, Idorlando Silva, Francisco Souza e Alvenito Barbosa.⁷²

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Entrevista com o sr. Eliude Freire de Melo, realizada em Ourolândia - BA, em 07/12/2013

⁷¹ Ibidem

⁷² Gazeta do Ouro, Jacobina – Ba, 01/1990. pag. 6.

Após registrada e divulgada a composição da Câmara de vereadores, teve início a posse do primeiro prefeito, o Senhor Antônio Araujo de Souza, ao lado de seu vice, o Senhor Lealdino Barbosa Miranda. Trecho do 'Gazeta do Ouro' diz: "(...) deu posse também ao primeiro prefeito Municipal, o médico veterinário Antônio Araujo de Souza, juntamente com seu Vice, o agropecuarista Lealdino Barbosa Miranda."



Antônio Araújo recebendo os cumprimentos da professora Nazilia. À esquerda, os vereadores Aécio Costa Rêgo (situação/Alagadiço) e Eliude Freire de Melo (Oposição/Sede) – Fonte: Arquivo Eleni Ferreira

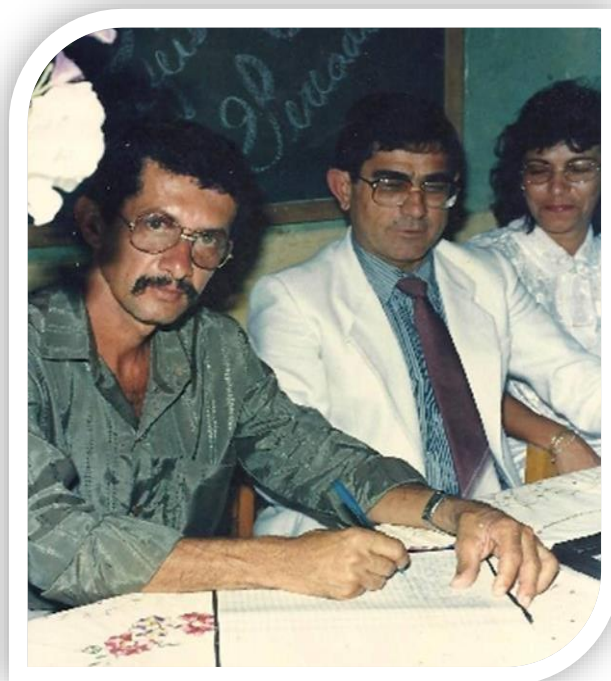
A Gazeta de Ouro relata ainda que, nesse mesmo dia, o prefeito empossado apresentou seu plano de trabalho para os primeiros meses do seu governo e foi bastante aclamado quando mostrou sua força e vontade de trabalhar para que o município fosse implantado categoricamente. O Jornal descreve

Como primeiro ato administrativo, Araújo convocou a Câmara de Vereadores para apreciação e votação do orçamento municipal para o ano de 1990.(...) Várias autoridades e lideranças políticas da região prestigiaram a solenidade, dentre estas o prefeito de Jacobina Manoel Ignácio, com o vice Lenivalter Mendes e o ex-prefeito Carlos Daltro⁷³.

O Periódico descreve que, finalizando a cerimônia do novo município com a posse dos seus primeiros executivos eleitos, houve uma grande aglomeração que passou a festejar a vitória do PMDB na praça central, e outros apenas assistiam ao

⁷³ Ibidem

resultado do democrático ato público, festivamente parte da população dançou ao som da banda Chard Lux.



O vereador Eliude Freire, relator da posse, e o Juiz Eleitoral Antônio Marques Pedreira, ao lado de sua esposa. Fonte: Arquivo Eleni Ferreira

A partir do primeiro dia, a rotina da pequena e nova cidade foi alterada. As pessoas olhavam com curiosidade para o movimento que acontecia na praça principal, onde estava sendo organizado o escritório que seria a sede da prefeitura. Era tudo muito improvisado, uma vez que não havia uma estrutura adequada para atender tais demandas. Em entrevista, o primeiro prefeito da cidade o senhor Antônio Araujo, relatou,

O primeiro dia na prefeitura, logo após a posse, foi o momento de encarar a realidade completamente nova, tanto para a comunidade quanto para mim, foi um dia de nos encontrarmos, me refiro aos vereadores e líderes políticos, para debatermos sobre a administração e começamos pela organização do espaço. Não tínhamos nada para montar o escritório da prefeitura, o espaço que ocupamos era da EMATERBA (Associação Técnica e Extensiva Rural da Bahia) que hoje é a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). O primeiro móvel foi uma carteira cedida pela freira irmã Ernestina, era um tipo de escrivaninha de 50 centímetros de largura com 80 centímetros de comprimento. Fomos montar a equipe administrativa e discutir as necessidades de cada povoado, mas o telefone que funcionava em outra rua num posto de serviço - o PS, onde era preciso até entrar na fila pra poder fazer uma ligação, não parava de tocar. Entre outras

peessoas, estava o Sr. Aroldo Cedraz, que queria saber como estávamos nos saindo, e se estava tudo em ordem na nova cidade⁷⁴.

A comunidade estava vivenciando fatos inéditos, a começar pela presença de um prefeito num escritório fixo na localidade, cujo acesso era bem maior para a população. Além disso, era uma novidade vê-lo tanto andando a pé de uma lado para outro da cidade, quanto aguardando na fila do Posto Telefônico, esperando sua vez de fazer ou de atender uma ligação, haja vista que a prefeitura ainda não dispunha de uma linha telefônica. O ex-prefeito ainda citou que

Os primeiros períodos não foram fáceis, pois a prefeitura recém criada não tinha uma conta bancária, e a situação era tão precária que até a ambulância que atendia a população era uma veraneio antiga, com motor de trator, portas coloridas e até o capô era de outra cor por ter sido tirada de outra veraneio. A estrutura era deplorável, tivemos que montar tudo.⁷⁵

Portanto, apesar de toda dificuldade, Ourolândia foi se estabilizando, e a primeira medida de segurança lançada pelo prefeito foi a apreensão de armas brancas e dezenas de revólveres que, segundo ele, eram guardadas no próprio balcão, a pedido dos clientes, pelos proprietários dos estabelecimentos. O fechamento dos bares exatamente às treze horas gerou uma paz na pequena cidade que foi notável de imediato por toda população. Salas de aulas foram sendo construídas e alguns carros para a saúde foram sendo adquiridos e a recém cidade começou a exercer, de certa forma, a autonomia que lhe fora outorgada.

3.3- A atividade econômica atual e a consolidação do novo município.

Ourolândia localiza-se na região do Piemonte da Chapada Diamantina do estado da Bahia, com uma área de 1. 488 KM² (mil quatrocentos e oitenta e oito quilômetros quadrado) e se limita com Jacobina, Mirangaba, Morro do Chapéu, Umburanas e Várzea Nova. Sua altitude é de quinhentos e sessenta metros (560m)

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2014, com o senhor Antônio Araujo de Souza.

⁷⁵ Idem

e possui um clima semi-árido. Fica a quatrocentos quilômetros (400 km) da cidade de Salvador, capital do Estado.

A divisão administrativa da cidade é composta por: Ourolândia como sede, dois distritos: Algadiço e Lagoa do 33, dezenove povoados: Casa Nova, Baixa de José Felix, Alazão, São Bento, Gitirana, Novo Achado, Baixa do Anastácio, Catarina, Baixa do José Preto, Alçapão, São Gabriel, Ouricuri, Valóis I e Valóis II, Azalagoas, Conquista Papagaio, Gameleira e Patos. E ainda, sete assentamentos: Santa Luzia, Muncunã, São João de Casa Nova, Fé em Deus Novo Horizonte, Lagoa de Dentro e Rosa de Saron. O total de sua população é de 13.091 (treze mil e noventa e um) habitantes segundo o IBGE de 1991.

O município tem como principais atrativos turísticos a Toca dos Ossos, a Pingadeira, o Poço Verde e uma Barragem que represa 8 km (oito quilômetros) de água do rio Vereda, além do turismo de negócios relacionados.

A economia do município é baseada na exploração agropecuária (cultivos de feijão, milho, sisal, mandioca, mamona, algodão, pião roxo para produção do biodiesel) criação de caprinos, bovinos, ovinos, além da exploração do mármore travertino brasileiro (Bege- Bahia), que, na atualidade, é uma das maiores fontes de renda do Município, e seu trabalho vai além da exploração da matéria-prima, estando, assim, distribuído em serrarias, polidoras, além das técnicas de beneficiamento nas quais vários objetos de decoração e diversos tipos de móveis são fabricados, entre outros, gerando um número maior de empregos para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, buscamos respostas para algumas indagações: se existiu uma participação popular no processo de emancipação, ou teria sido apenas uma manipulação ideológica na camada popular por parte dos grupos interessados nessa autonomia foi a principal delas.

Desde o princípio, presumíamos que tinha havido opositores nessa luta pela emancipação, e isso ficou claro nas entrevistas em que todos afirmaram que as opiniões dos habitantes sobre o assunto eram bastante divididas. Eliud Freire de Melo (ex-vereador da época) relatou que as pessoas que estavam contra a emancipação eram, em sua maioria, dos povoados de Lagoa do 33 e Alagadiço e esse depoimento foi confirmado com determinação pelo Vereador Ademar Ferreira (o Mi, de Casa Nova) que assegurou que os representantes destas localidades almejavam apenas uma emancipação isolada da Lagoa do 33.

No entanto, esse fato gerou uma contradição quando o ex-vereador e o atual citaram os nomes das famílias Barbosa e Costa como representantes do grupo do 'Não'. O senhor Lealdino Barbosa (ex-vice-prefeito) deixou claro no primeiro momento da entrevista, que a sua família, em nenhum momento, fora contra o desmembramento de Ouro Branco. Ao longo da conversa ele demonstrou no seu discurso uma espécie de bairrismo, saudável, pelo seu povoado, mas não confirmara que tenha persuadido as pessoas a votarem contra a emancipação. Porém, no decorrer da entrevista, percebemos que o desejo de emancipação de seu povoado realmente existira, mas não se tratava apenas de uma ambição política, mas de um sonho que almejava e ainda almeja realizar.

Portanto, por mais que uma parcela considerável da população tenha se utilizado de um plebiscito para conseguir a emancipação, não seria possível considerarmos esse ato como uma ação de soberania popular em sua totalidade ou essência, pelo fato da reivindicação, segundo a nossa pesquisa, ter sido em grande parte utilizada por grupos políticos. Muitos dos entrevistados afirmam que certa

manipulação ideológica fez parte de tais manifestos, pois alguns testemunharam um diálogo persuasivo de uma determinada elite sobre tal evento.

Averiguamos que a inquietação principal do título da pesquisa não veio a se confirmar pelo fato de descobrirmos ao longo das entrevistas e fontes escritas que realmente não foram apenas as elites políticas que decidiram o desmembramento de Ouro Branco através de abaixo-assinados ou coisas desse tipo: verificou-se que houve realmente uma participação significativa de uma parcela da população nesse processo. Vários entrevistados relataram que muitas pessoas queriam tanto que o “Sim” prevalecesse, que conseguiram votar mais de uma vez, e isso foi possível pela falta de uma fiscalização rigorosa no dia do plebiscito. Ao sair o resultado, houve muitas comemorações nas ruas, as quais, nas entrelinhas, podiam ser traduzidas como a conquista da liberdade.

Notamos, ao longo da pesquisa, que um dos motivos que levou a população de Ouro Preto a demonstrar um interesse relacionado à emancipação da cidade foi a promessa pregada nos discursos sobre a melhoria de vida que a população teria através de um maior investimento na segurança, que era algo temido por todos os cidadãos, o surgimento de novos trabalhos, pois, com a criação da Prefeitura Municipal, haveria a necessidade de servidores municipais, e isso levaria ao surgimento de uma nova fonte de renda no Município.

Inicialmente, registramos ideias contrárias de parte da população sobre o desligamento do Distrito da cidade-mãe. Entretanto, percebemos que tais ideias não resistiram à sensibilização utilizada pelo grupo que via nesse rompimento uma chance de crescimento, urbanização e melhoria na qualidade de vida. Grande parte do Povoado de Lagoa do 33, que era contra tal processo, findou apresentando um vice-prefeito, que fez parte da Chapa vencedora do pleito, situação interessante, até um tanto contraditória, se relacionarmos com a luta inicial da chapa opositora. Muitos consideraram uma grande injustiça a derrota do PFL. É compreensível tal sentimento se considerarmos o histórico da grande trajetória percorrida pelos líderes do partido em prol dessa causa. Porém, a democracia é quem decide tais resultados, uma vez que a vontade da maioria foi apresentada nas urnas.

Percebemos que a articulação política foi um dos fatores que apresentaram mais ferramentas para o processo de emancipação ao município, embora o poder econômico tenha também sido um forte aliado nas campanhas eleitorais, pois nesse tempo, além das propagandas, eram distribuídas muitas camisas com o slogan, números e fotos dos candidatos de cada chapa.

Em suma, na atualidade, é de conhecimento de todos que a vitória do Sim no plebiscito, mesmo sem ter sido acompanhado por uma fiscalização rigorosa, foi uma das melhores coisas que aconteceu na nossa localidade. A partir dessa luta, grandes portas foram se abrindo para a melhoria de vida na região. Mesmo diante da ausência de alguns documentos escritos, percebemos, no decorrer das entrevistas, que a participação popular de certa forma existiu. E essa conclusão não se deve apenas ao fato de observarmos, nas fontes visuais, o grande número de pessoas que acompanhavam cada partido em seus comícios e passeatas. Enfim, a autonomia política de Ourolândia gerou maiores recursos, que propiciaram mais investimentos nas diversas áreas que outrora eram esquecidas pela cidade-mãe. A lembrança da ausência do Poder público do passado foi substituída por uma presença marcante e empreendedora de um administrador que junto com a população ativa acreditava que o novo tempo tinha chegado para a tão amada Ourolândia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS NETO, Jaime. **Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2162, 2jun.2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12872>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

BERSTEIN, Serge. **“Os partidos”**. In: Rémond, Rene (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. (P.27- 97).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, 5 de outubro de 1988.

BREMAEKER, F. E. J. **Os novos municípios**: surgimento, problemas e soluções. Revista de Administração Municipal, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

CALVEZ, Jean Yves. (1997). **Política**: uma introdução. São Paulo, Editora Ática.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. In: Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GEOEXPLORE CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. **Investigação geológica e ambiental dos depósitos e áreas de ocorrência do mármore Bege Bahia, na região situada entre os municípios de OuroLândia e Jacobina, a S e Campo Formoso, a N**. Salvador: CBPM/COMIN, 2002.135p.,il.,color.

LYRA, Rubens Pinto (Org.). **A ouvidoria na esfera pública brasileira**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2000. 315 p.

MAGALHÃES, A.C.F. **Mármore Bege Bahia**: dos tempos pretéritos ao panorama atual. III Congresso Brasileiro de Rochas Ornamentais – VI Simpósio de Rochas Ornamentais do Nordeste, Natal-RN, 2008.

MAGALHÃES, João Carlos. 2007. **"Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil"**. In: XAVIER YAWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). Dinâmica dos municípios. Rio de Janeiro: IPEA.

Municípios no Rio Grande do sul. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 123-148, jun. 2005

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26ª edição 1970.

REMOND, René (orgs). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pg. 13-36.

ROCHA, José Cláudio. **A participação popular na gestão pública no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2886, 27maio2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

SANTOS, Milton. **Os outros Recôncavos**. A Tarde, Salvador, 30 de nov. de 1963.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SOUZA, C. **Federalismo e conflitos distributivos**: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. DADOS. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-84, 2003.

SHIKIDA, Cláudio Djissey. (1998). **Emancipação de municípios em Minas Gerais (1995): uma abordagem Novo-Institucionalista e de Escolha Pública**. Dissertação de mestrado, FEA/USP, datilo.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOMIO, F. R. de L. “**A criação de municípios após a constituição de 1988**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.17, nº.48, fev /2002.

_____. **Federalismo, Municípios e Decisões e Legislativas: A Criação de Municípios no Rio Grande do Sul**. Revista de sociologia e política. Curitiba, Pr. V 24, p. 123- 148, 2005.

_____. **Autonomia Municipal e Criação de Governos Locais: A Peculiaridade Institucional Brasileira**, pag. 105, 2005.

_____. 2002a. **Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos estados**: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988. Campinas-SP. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/ UNICAMP.

_____. **Autonomia Municipal e Criação de Governos Locais**: a Peculiaridade Institucional Brasileira. Professor Adjunto do Departamento de Direito Público (UFPR) e Doutor em Ciência Política (IFCH/ UNICAMP).

ANEXOS:

ANEXO I

Entrevista

Entrevistado: Josevando Ribeiro da Silva

RG: 5198675-21

Profissão: Professor

Data de nascimento: 17.01.1971

Perguntas norteadoras:

- 1- O Senhor poderia descrever como aconteceu o processo de emancipação da cidade de Ourolândia? O Senhor concorda com a ideia de que houve participação popular nesse processo?
- 2- Como os grupos políticos se comportavam nas campanhas políticas?

Respostas concedidas aos questionamentos:

1ª Se falando do processo histórico político e emancipatório do Município de Ourolândia, pode-se perceber inicialmente um manifesto popular na busca de conseguir a tão sonhada emancipação. Inicialmente aconteceu uma grande reunião, onde a sociedade foi convidada para decidir o novo nome da futura cidade, já que não poderia ser Ouro Branco devido a existência de uma cidade com esse nome no território brasileiro. Essa reunião foi realizada por algumas pessoas que tinham interesses que essa emancipação acontecesse, dentre elas, podemos citar: Eliud Freire, Pedro Teodoro da Silva (*in memorian*) e Nivaldo Marinho Nunes (*in memorian*). A partir daí, foi dada entrada no processo de emancipação política da então: Ouro Branco. Como na época, o distrito pertencia ao município de Jacobina e existia apenas dois grupos políticos, “Jacú e Carcará”, os grupos da localidade de Ouro Branco foram influenciados a decidirem o que realmente queriam. Então o grupo de “Jacú”, tinha interesse na emancipação e o Carcará não comungava com esse interesse.

De acordo com essa idéia de oposição dos grupos políticos da época, surgiu um novo manifesto popular que foi juntamente a realização de um plebiscito, onde as pessoas que tinham interesse deveriam votar sim e as outras que não visavam essa idéia votariam não. Vale lembrar, que iniciou-se todo um processo eleitoral onde cada grupo político andavam nos povoados apresentando os seus interesses, tentando convencer as pessoas a segui-los.

O grupo que votou no Sim pela emancipação saiu vitorioso. Logo após ter sido apresentado o parecer da maioria da população o saudoso Nivaldo Marinho Nunes juntamente com alguns representantes se dirigiu várias vezes à capital do estado da Bahia na busca de uma resposta positiva por parte das autoridades, até que no dia 13 de junho de 1989 aconteceu a realização do sonho da maior parte da população. Após a assinatura que tornou Ouro Branco o novo município Ourolândia, a justiça eleitoral deu início aos trâmites legais para a realização de eleições majoritária para prefeito, vice-refeito e vereadores respectivamente.

A partir daí, os dois grupos políticos começaram a se articular para decidir os nomes dos candidatos para disputarem a primeira eleição do Município. O grupo Político do Jacú apresenta o nome de Nivaldo Marinho Nunes (prefeito) e Pedro Teodoro (vice-prefeito) apoiados por Raimundo Cedraz. No outro lado estava o grupo do Carcará com Antônio Araujo (prefeito) e Lealdino Barbosa (vice-prefeito) apoiados por Carlos Daltro o “Carlitão”.

2ª

Os dois grupos partiram para a campanha, só que cada grupo recebeu um nome diferente. O grupo que na época de Jacobina era conhecido como Jacú passou a se chamar-se de “Gato”, devido ao apelido de Nivaldo Marinho Nunes (candidato a prefeito) que era conhecido popularmente como Gatão, e aí, esse grupo imaginou que o gato geralmente pega o rato, então o grupo opositor recebeu o apelido de “rato”. Nesse processo aconteceu um fato interessante e de uma certa forma injusto, pois o grupo político que não tinha interesse na emancipação política de Ouro-lândia venceu as eleições e foi o grupo que primeiro administrou a nova cidade.

Assinatura do entrevistado _____

Josevando Ribeiro da Silva

Registro Histórico de Ouro-lândia retirado do Site Memória de Ouro.

Leandro Freire.

Antônio Araújo & Lealdino Barbosa X Nivaldo Marinho & Pedro Teodoro

Na década de 80, os embates políticos no município de Jacobina ocorriam entre os CARCARÁS liderados pelos irmãos Daltro (Fernando e Carlos), em Ouro Branco representados por Zé Facho, Alvin Rodrigues, Natanai Freire e Manoel Freire e os JACUS que por cerca de 4 décadas teve a liderança do Deputado Francisco Rocha Pires (Chico Rocha) com a liderança local de Pedro Teodoro.

Com a emancipação político-administrativa promulgada em 13 de junho de 1989 surge a primeira eleição: o PMDB representou a situação, pois contava com o apoio do prefeito Carlos Daltro (Carlito), lançou candidato a prefeito Antônio Araújo de Souza, jovem veterinário recém-chegado de Valente-BA e vice-prefeito Lealdino Barbosa de Miranda, produtor rural residente no povoado de Lagoa do 33 a maior localidade do município recém criado, com praticamente a mesma população da sede.

O PFL por sua vez representou a oposição, lançando candidato a prefeito Nivaldo Marinho Nunes (Gatão), jovem comerciante bem sucedido na cidade de Jacobina e vice-prefeito Pedro Teodoro,

produtor rural, e líder político bastante experiente. Numa campanha muito disputada os grupos foram batizados de RATOS (PMDB) e GATOS (PFL) em alusão ao candidato a prefeito da oposição GATÃO.

O candidato do PFL era visto como favorito por ter um maior poder aquisitivo, ser natural de Ouro Branco, mostrar-se muito forte na sede, além de ter como vice-prefeito um político muito experiente e conhecido em todo o município; o seu opositor por outro lado apostou suas forças no interior, nos trabalhadores e produtores rurais e no apoio do prefeito de Jacobina e da família Barbosa que tinha grande influência em Lagoa do 33 o 2º maior colégio eleitoral.

Quarta-feira 15 de novembro de 1989, a tão esperada eleição acontece, os “RATOS” superam os “GATOS”, o “interior vence a sede” e Antônio Araújo de Souza entra para história como o primeiro prefeito do município de Ourlândia com 316 votos a mais que o Nivaldo Marinho Nunes (Gatão).

A situação elege 5 vereadores: Filomeno Bezerra dos Santos, Aécio Costa Rêgo, Maura Félix da Silva, Alvenito Barbosa de Miranda e José Francisco da Silva e a oposição elege 4 vereadores: Eliud Freire de Melo, Juvenal Romão da Silva, Francisco José de Souza e Idorlando Francisco da Silva.

ANEXO II

Perfil do Município de Ourolândia, BA _____

Caracterização do território

Área 1280,16 km ²	IDHM 2010 0,560	Faixa do IDHM Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599)	População (Censo 2010) 16425 hab.
Densidade demográfica 12,87 hab/km ²	Ano de instalação 1990	Microrregião Jacobina	Mesorregião Centro Norte Baiano

Fonte: Pnud, Ipea e FJP- Pág. 1 de 14 acessado em 24/06/2014

Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ourolândia é 0,560, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,289), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,114), seguida por Longevidade e por Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ourolândia – BA

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,056	0,170	0,459
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	3,50	7,98	27,63

% de 5 a 6 anos na escola	25,16	66,71	97,12
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	2,82	17,33	72,69
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,00 ,	7,70	43,59
% de 18 a 20 anos com médio completo	0,00	7,21	22,87
IDHM Longevidade	0,457	0,568	0,701
Esperança de vida ao nascer (em anos)	52,44	59,07	67,03
IDHM Renda	0,410	0,452	0,547
Renda per capita	102,76	133,36	239,93

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Evolução Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,352 em 2000 para 0,560 em 2010 - uma taxa de crescimento de 59,09%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 32,10% entre 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,219 em 1991 para 0,352 em 2000 - uma taxa de crescimento de 60,73%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 17,03% entre 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2010

Ourolândia teve um incremento no seu IDHM de 155,71% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (70%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 43,66% entre 1991 e 2010.

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

População

Entre 2000 e 2010, a população de Ourolândia teve uma taxa média de crescimento anual de 0,31%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,27%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 113,23%.

População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Ourolândia – BA

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	13.013	100,00	15.926	100,00	16.425	100,00
População residente masculina	6.717	51,62	8.168	51,29	8.362	50,91
População	6.297	48,39	7.758	48,71	8.063	49,09

residente feminina						
População urbana	2.356	18,10	4.458	27,99	6.341	38,61
População rural	10.657	81,90	11.468	72,01	10.084	61,39
Taxa de Urbanização	-	18,10	-	27,99	-	38,61

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Crescimento e desenvolvimento

Entre 1991 e 2000 + 60,73% + 17,03%
Entre 2000 e 2010 + 59,09% + 32,10%
Entre 1991 e 2010 + 155,71% + 43,66%

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Ranking

Ourolândia ocupa a 5049ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5048 (90,71%) municípios estão em situação melhor e 517 (9,29%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 417 outros municípios de Bahia, Ourolândia ocupa a 334ª posição, sendo que 333 (79,86%) municípios estão em situação melhor e 84 (20,14%) municípios estão em situação pior ou igual.

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Ourolândia passou de 69,85% para 57,74% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 3,95% para 6,05%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 101,19% para 69,85%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 3,84% para 3,95%.

Estrutura Etária da População - Ourolândia – BA

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	6.045	46,45	5.920	37,17	5.019	30,56
15 a 64 anos	6.468	49,70	9.376	58,87	10.413	63,40
População de 65 anos ou mais	500	3,84	630	3,96	993	6,04
Razão de dependência	101,19	0,78	69,85	0,44	57,74	0,35
Taxa de envelhecimento	-	3,84	-	3,95	-	6,05

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Ourolândia reduziu 42%, passando de 65,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 37,4 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 21,7 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Ourolândia - BA	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	52,4	59,1	67,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	112,4	65,6	37,4
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	142,2	83,0	40,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	6,4	3,7	2,8

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Ourolândia, a esperança de vida ao nascer aumentou 14,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 52,4 anos em 1991 para 59,1 anos em 2000, e para 67,0 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 72,0 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Educação: Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de **crianças de 5 a 6 anos na escola** cresceu 45,59% e no de período 1991 e 2000, 165,14%. A proporção de **crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental** cresceu 319,45% entre 2000 e 2010 e 514,54% entre 1991 e 2000. A proporção de **jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo** cresceu 466,10% no período de 2000 a 2010 e 0,00% no período de 1991 a 2000. E a proporção de **jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo** cresceu 217,20% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 44,06% dos alunos entre 6 e 14 anos de Ourolândia estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 26,15% e, em 1991, 7,28%. Entre

os jovens de 15 a 17 anos, 14,90% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 5,32% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 3,81% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,70% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 2,30% das crianças de 6 a 14 anos não freqüentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 15,63%.

População Adulta

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 27,63% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 15,07% o ensino médio. Em Bahia, 46,07% e 31,32% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 34,53% nas últimas duas décadas.

	Escolaridade da população de 25 ou mais 1991	Escolaridade da população de 25 ou mais 2000	Escolaridade da população de 25 ou mais 2010
Médio completo	-	-	10,3%
Fundamental completo	-	-	8,9%
Analfabetos	67,9%	51%	36%
Outros	29,1%	42,2%	42,8%

Renda

A renda per capita média de Ourolândia cresceu 133,49% nas últimas duas décadas, passando de R\$102,76 em 1991 para R\$133,36 em 2000 e R\$239,93 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 29,78% no primeiro período e 79,91% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 59,78% em 1991 para 47,57% em 2000 e para 23,18% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,56 em 2000 e para 0,52 em 2010.

O que é Índice de Gini?

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Ourolândia – BA

	1991	2000	2010
Renda per capita	102,76	133,36	239,93
% de extremamente pobres	59,78	47,57	23,18
% de pobres	84,28	73,61	44,60
Índice de Gini	0,56	0,56	0,52

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Ourolândia - BA

	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,04	2,78	2,68
40% mais pobres	9,88	9,57	10,29
60% mais pobres	20,81	20,84	23,46
80% mais pobres	40,33	39,60	44,39
20% mais ricos	59,67	60,40	55,61

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,48% em 2000 para 65,64% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,71% em 2000 para 5,09% em 2010.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Ouralândia – BA

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	60,48	65,64
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	17,71	5,09
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	13,04	20,58
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	10,57	30,73
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	7,27	18,75
Rendimento médio		